



República Federativa do Brasil
DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XLVIII — N° 14 (*)

SÁBADO, 30 DE JANEIRO DE 1993

BRASÍLIA — DF



SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 25^a SESSÃO, EM 29 DE JANEIRO DE 1993

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Discursos do Expediente

SENADOR FRANCISCO ROLLEMBERG — Notícia publicada no jornal do Conselho Federal de Medicina intitulada “O que fazer com o lixo hospitalar?”.

SENADOR MAGNO BACELAR — A saúde pública no Brasil.

1.3 — ORDEM DO DIA

Projeto de Lei da Câmara nº 50, de 1992 (nº 4.621/90, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a criação de Escolas Técnicas Federais, e dá outras providências. **Discussão encerrada**, após parecer de Plenário, ficando a votação adiada por falta de quorum.

Projeto de Lei da Câmara nº 143, de 1992 (nº 3.104/92, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a criação do Quadro de Pessoal da Fundação Universidade Federal do Amapá, e dá outras providências. **Discussão encerrada**, após parecer de Plenário, ficando a votação adiada por falta de quorum, tendo usado da palavra o Sr. Ronaldo Aragão.

Projeto de Lei da Câmara nº 153, de 1992 (nº 3.465/92, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que cria cargos na Carreira Policial Federal. **Discussão encerrada**, após parecer de Plenário, ficando a votação adiada por falta de quorum.

Projeto de Lei da Câmara nº 157, de 1992 (nº 3.423/92, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a organização e o funcionamento do Conselho Monetário Nacional. **Retirado da pauta**, nos termos do art. 175, e, do Regimento Interno.

Projeto de Lei do Senado nº 105, de 1992, de iniciativa da CPI-FGTS, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências. **Retirado da pauta**, nos termos do art. 175, e, do Regimento Interno.

Mensagem nº 92, de 1993 (nº 29/93, na origem), através da qual o Presidente da República solicita autorização para contratar operação de crédito externo, com garantia da União, no valor de sete milhões, novecentos e quarenta e cinco mil e duzentos e setenta e sete dólares norte-americanos, entre a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco — CODEVASF, e a Empresa Húngara de Comércio Exterior e de Empreendimentos para Exportação — AGROINVEST, para os fins que especifica. **Retirado da pauta**, nos termos do art. 175, e, do Regimento Interno.

1.3.1 — Discursos após a Ordem do Dia

SENADOR CÉSAR DIAS — Reparos a acusações do jornal *O Estado de S. Paulo* ao Ministro da Agricultura, Abastecimento e Reforma Agrária, Sr. Lázaro Barbosa.

SENADOR RONALDO ARAGÃO — Solidariedade ao Ministro Lázaro Barbosa. Parabenizando a direção do Banco do Brasil pela convocação de candidatos aprovados na última seleção, solicita igual procedimento em relação aos candidatos aprovados em Rondônia.

SENADOR NABOR JÚNIOR — Tentativa de espoliação do Banco da Amazônia. Histórico das políticas de financiamento para a produção seringueira na Amazônia. Protesto contra a possibilidade de implementação, pelo Governo Federal, de política de contenção da inflação através de elevação da taxa de juros.

1.3.2 — Designação da Ordem do Dia da próxima sessão

1.4 — ENCERRAMENTO

2 — ATO DA COMISSÃO DIRETORA

Nº 60/92

3 — ATOS DO PRESIDENTE

Nº 36 a 38/93

4 — MESA DIRETORA

5 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

6 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

MANOEL VILELA DE MAGALHÃES
Diretor-Geral do Senado Federal
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor Executivo
CARLOS HOMERO VIEIRA NINA
Diretor Administrativo
LUIZ CARLOS BASTOS
Diretor Industrial
FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA
Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Semanal Cr\$ 70.000,00

Tiragem 1.200 exemplares

Ata da 25^a Sessão, em 29 de janeiro de 19937^a Sessão Legislativa Extraordinária, da 49^a Legislatura

Presidência dos Srs. Mauro Benevides, Nabor Júnior, Magno Bacelar e Ronaldo Aragão

ÀS 9 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS.
SENADORES:

Alfonso Camargo - Chagas Rodrigues - Elcio Álvares
- Epitácio Cafeteira - Francisco Rollemburg - Gilberto Mi-
randa - Jarbas Passarinho - Magno Bacelar - Mauro Bene-
vides - Nabor Júnior.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A lista de
presença acusa o comparecimento de 10 Srs. Senadores. Ha-
vendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Há oradores
inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Jarbas Passarinho.
S. Ex^e não está presente. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Francisco Rollemburg.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBURG (PFL — SE). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, não nos havíamos preparado para usar da palavra nesta manhã. Mas assomamos à tribuna neste instante porque acabamos de receber o jornal da CFM (Conselho Federal de Medicina), que apresenta na sua primeira folha em destaque a seguinte interrogação: **O que fazer com o lixo hospitalar?**

Passo a ler um trecho da publicação:

“O Jornal do CFM apurou o destino do lixo hos-
pitalar nas principais cidades brasileiras. Descobriu que
muitas delas estão discutindo as melhores soluções —
umas incineram, outras fazem aterros sanitários — mas
muitas jogam o lixo patogênico nos lixões que recebem
o lixo urbano comum, onde ele vai contaminar os misé-
ráveis catadores de lixo. Não há legislação federal que

normalize a coleta, transporte e eliminação do lixo
hospitalar. O Conselho Federal de Medicina resolveu
constituir um grupo técnico para discutir o assunto e
fornecer elementos para o Ministério da Saúde criar
uma regulamentação definitiva”.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, recordam V. Ex^e que,
no início do ano passado, esta Casa sofreu com a denúncia
de um Sr. Parlamentar de ter em uma sessão, dita fantasma,
sido aprovado o projeto deste Senador que lhes fala neste
instante, quando propunha a incineração do lixo hospitalar.
Defendemos este projeto da tribuna desta Casa, porque é
uma falácia dizer-se que o lixo hospitalar em nada se diferencia
do lixo comum, haja vista que aquelas pessoas que manuseiam
esses detritos não apresentam, embora não tragam estatísticas
comprobatórias dessa assertiva, índices de contaminação com
moléstias maiores do que aqueles que tratam com lixo comum.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, é tendenciosa, é falaciosa
essa afirmativa.

Basta lembrar a recente epidemia de cólera, que ainda
grassa em nosso País. Os hospitais do interior do Brasil ficaram
perdidos, sem saber como se portar ante aquela infecção,
pois, há longo tempo, o Brasil não sofria uma epidemia dessa
doença. Os hospitais não estavam preparados para recebê-la,
e a maioria dos médicos conhecia a cólera somente através
dos livros.

Todos nós sabemos que a cólera é uma infecção de facilí-
ma contaminação e que se dissemina através das águas, inclu-
sive da água salina do mar, onde o agente sobrevive muito
bem. Daí por que a sua migração do Egito para o Continente
americano ocorreu com uma rapidez relativamente grande.

Sabemos que o Ministério da Saúde de então, embasado
na experiência da OMS, traçou diretrizes básicas para esse
tratamento. Exigia que os excretas dos doentes, antes de serem
jogados na vala comum, sofressem um tratamento pelo cloro.

Mas lembro a V. Ex^s que há bem pouco tempo o próprio Ministério da Saúde comprovou que uma série de produtos tidos como desinfetantes à base de cloro não continham esse produto ou, se continham, era em dose insuficiente para baldar o desenvolvimento desse germe.

Naquela ocasião, Sr. Presidente, Srs. Senadores, propussemos a incineração do lixo hospitalar, que se diferencia muito do lixo administrativo do hospital. Fomos acusados até de retrógrados ou defensores de interesses de quem pretendia vender incineradores.

Outro exemplo de doença transmissível é a AIDS, tida e havida como decorrência de um vírus de resistência diminuta que, com poucos segundos exposto ao ar, morre, desaparece.

Os hospitais de moléstias infecto-contagiosas estão repletos de casos de meningite, febre tifóide, difteria, entre outras doenças transmissíveis também através do lixo hospitalar, para não falar na tão decantada infecção hospitalar que, de uma certa forma, hoje seleciona germes resistentes à maioria dos antibióticos conhecidos e que vem provocando tantas mortes quantas doenças que já aportam nos hospitais.

O meu pronunciamento desta manhã, Sr. Presidente, tem como objetivo ressaltar que o Conselho Federal de Medicina não conhece o meu projeto; se o conhece, preferiu ignorá-lo, e não o conhecendo apóia aquele projeto que gerou tanta celeuma nesta Casa, ao dizer:

“Só o que sobra da satisfação das necessidades humanas vai para o lixo. Assim é com a vida, assim também é com os hospitais, postos de saúde, ambulatórios. Esse lixo, no entanto, não é um lixo comum: em boa parte, é lixo contaminado, patogênico, que deve merecer um tratamento especial das autoridades públicas.”

Foi exatamente um argumento contrário a esse que levou esse meu projeto a ser arquivado — embora tivesse merecido um parecer favorável do então Ministro Jamil Haddad, que posteriormente esqueceu-se de seu parecer.

Agora, o Conselho Federal de Medicina, através da Associação Brasileira de Normas Técnicas, querer se faça uma legislação, para que se possa cuidar desse problema da maior gravidade — embora muitos não o vejam assim — esquecendo-se de que essa legislação já foi proposta a esta Casa.

Preocupa-nos aqueles trabalhadores, mão-de-obra desqualificada, a correrem rua acima, rua abaixo, atrás dos carros de lixo, a pegar lixos mal acondicionados em sacos de plástico ou de papel, contaminando-se com agulhas que foram usadas por toxicômanos, coléricos, diftéricos, pacientes com tifo, salmoneloses. E diz-se com a maior desfaçatez: esse lixo não contamina, não merece uma atenção maior.

Daí por que registro, neste instante, a posição já renovadora do Conselho Federal de Medicina de voltar atrás nas suas críticas e solicitar que haja uma legislação nesse sentido.

O Sr. Magno Bacelar — Permite-me V. Ex^s um aparte?

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG — Com muita honra, nobre Senador.

O Sr. Magno Bacelar — Nobre Senador Francisco Rollemburg, V. Ex^s aborda um assunto que, não sei por que a imprensa não se ocupou dele ainda, não chama a atenção do cidadão comum. Mas aqueles que participaram ou participam da administração pública municipal e que têm uma noção de saúde sabem que esse problema é dos mais graves em nosso País. Infelizmente, há um grande número de habitantes

das nossas cidades que vivem da cata do lixo e, dessa forma, essa contaminação — V. Ex^s já detalhou o processo pela experiência médica que tem — se propaga a cada dia, muitos contaminam a própria casa sem saber, e não seria exagero dizer que, no País todo, muitas vezes o lixo hospitalar depositado nas lixeiras a céu aberto representa desastres maiores do que aquele do césio, em Goiânia. Felicito V. Ex^s e saúdo com entusiasmo a decisão do Conselho Nacional de Medicina. Parabéns a V. Ex^s

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG — Agradeço a V. Ex^s o aparte que faz em apoioamento ao meu discurso. V. Ex^s já apoiou, inclusive, o meu projeto na Comissão de Assuntos Sociais, e conhece do meu cuidado, do meu esforço para que isso viesse a ocorrer, considerando, Senador Magno Bacelar, que os nossos hospitais, no interior do Brasil, estão localizados em cidades que não têm serviços de esgoto sanitário. E posso citar um deles, que é um hospital de referência no meu Estado, cujos esgotos correm pelas valetas, pelas bordas das calçadas, sendo os líquidos diluídos na água de uso comum que atravessa a cidade até cair em um dos seus rios, que está contaminando o povo da cidade de Riachuelo com cólera. E não há dia que se chegue naquele hospital e não sejam encontrados alguns coléricos — felizmente quase todos salvos pela experiência da equipe que lá se encontra —, o que tem causado uma apreensão muito grande, não só pelo que a doença representa, mas pelo fato, da maior importância, que aquele rio constitui a fonte de subsistência das populações ribeirinhas, que lá pescam para conseguirem o alimento para a sua manutenção e que vivem das suas águas.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Senadores, voltei ao assunto, porque o relator que renegou o seu parecer favorável hoje ocupa o Ministério da Saúde: é o nosso ex-colega Jamil Haddad, que, certamente, lerá este artigo, em que o Conselho Federal faz um alerta: “Sem lei federal, estados discutem normas”. E esse artigo nos dá um exemplo muito interessante — é uma pena que o Senador Almir Gabriel não esteja aqui, agora, para prestar esse depoimento:

“Belém tem 67 hospitais e clínicas que produzem 5,5 toneladas de lixo por dia. Em fins de 92” — quer dizer, no ano passado, há um mês — “foi inaugurada a usina de incineração de resíduos de alto risco, a 16 quilômetros do centro da cidade, destinada exclusivamente ao lixo hospitalar. Antes dela, o lixo dos hospitais ia para um aterro sanitário. A usina tem capacidade... A única exceção da cidade é o hospital universitário João de Barros Barreto, especializado em moléstias infecto-contagiosas. Lá, o lixo contaminado é levado ao incinerador do hospital. Explica-se. O hospital Barros Barreto é o único centro de referência de AIDS no Pará, e ainda recebe os doentes acometidos de cólera. Nele as fezes recebem cargas de hipoclorito antes de serem despejadas na rede pública.”

Sr. Presidente, o assunto parece ser de somenos importância, e eu não voltaria a ocupar a tribuna do Senado neste instante para falar daquele projeto, após os dissabores por que passamos eu e V. Ex^s, o Presidente do Senado, Senador Mauro Benevides, que precisou ocupar a tribuna para defender esta Casa, e eu para defender o meu projeto, se o próprio Conselho não voltasse a reclamar, com veemência, uma lei federal para que se tratem os resíduos hospitalares e que impeça que aqueles resíduos, trabalhados pela mão-de-obra desqualificada, de pessoas que não conhecem daquelas doen-

ças, tornem-se portadores dessas mesmas moléstias por não terem condições de delas se defenderem.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Francisco Rollemberg, o Sr. Mauro Benevides, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Nabor Júnior.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) — Concedo a palavra ao nobre Senador Magno Bacelar.

O SR. MAGNO BACELAR (PDT — MA). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, tive oportunidade de apartear o nobre Senador Francisco Rollemberg, saudando-o pela importância do conteúdo do pronunciamento que fazia, e pretendo, Sr. Presidente, seguir na mesma temática, que é a saúde pública no Brasil.

S. Ex^a falava do lixo hospitalar. Em São Luís do Maranhão, há 4 anos, quando assumia a Prefeitura o Prefeito Jackson Lago, já providenciava ele para que o lixo hospitalar fosse incinerado e coletado em carros especiais, evitando, assim, a contaminação. Mas são bem poucos, no Brasil, Sr. Presidente, Srs. Senadores, os administradores públicos que têm essa visão.

Mas, Sr. Presidente, estamos às vésperas de votar aqui a reforma fiscal, e nela está inserido o IPMF, que busca fornecer ao Presidente da República, ao Poder Executivo, recursos para o combate às altas taxas de analfabetismo no Brasil e também para a saúde; recursos destinados à educação e à saúde.

Ao longo da minha vida parlamentar, tenho procurado seguir o exemplo do nobre Senador João Calmon, defendendo a educação, pois tive a honra, no início da minha carreira, de ocupar a Secretaria de Educação do Maranhão.

No momento em que as cidades passam por verdadeira explosão demográfica, levado pelo êxodo rural o homem do campo se deslocou para as cidades, vive em palafitas, debaixo de pontes, sob viadutos etc. E, o que é mais grave, a falta de saneamento básico nessas cidades agrava em muito o problema da saúde em todos os recantos do Brasil. Uma das medidas mais necessárias para que se cuidasse da saúde preventivamente seria o saneamento básico dessas cidades, o esgotamento sanitário e o serviço de águas tratadas.

Os índices no Brasil são alarmantes com relação a esses problemas. No Norte do Brasil, apenas 2% da população das cidades se beneficiam de serviços de esgotamento sanitário; em São Luís do Maranhão, capital do meu Estado, apenas 4% da população é servida por serviços de esgotamento sanitário, e apenas 40% têm água potável em suas casas.

Dai, Sr. Presidente, o número alarmante da contaminação pela cólera e outras doenças que proliferam e se propagam sobre a lâmina d'água. Não resta à população pobre, flagelada e marginalizada das nossas capitais, outro espaço senão as margens dos rios, dos braços de mar, onde se aglomeram em palafitas, em que se diz morar e, na realidade, não existem casas, apenas paredes e coberturas, se ao ser humano não é fornecido um serviço de esgoto e de água tratada.

E é sobre esse assunto, aproveitando ainda, como disse o tema do discurso do nobre Senador Francisco Rollemberg, que venho advertir esta Casa.

Estive ontem no Ministério do Bem-Estar Social e fiquei profundamente impressionado com a quantidade ínfima de recursos destinados ao saneamento básico em nosso País.

Sr. Presidente, temos por dever propiciar ao Governo recursos necessários, pelo menos, a fim de que se evite a contaminação constante das nossas populações pobres e que, em última análise, encarece muito mais as despesas com a saúde quando o Brasil inteiro está atento aos preços dos medicamentos e à luta que trava o Ministério da Saúde com relação aos preços dos remédios.

O homem, que não tem o que comer, muito menos terá, Sr. Presidente, recursos para tratamento de saúde. As AIH — Autorização de Internação Hospitalar — se transformaram em comércio, em manipulação política, em quase todo o território nacional. Então, a solução a ser encontrada, através do saneamento básico, do esgoto sanitário, é a de se evitar que as doenças se proliferem numa população combalida pela fome e pela necessidade.

O Sr. Ronaldo Aragão — Permite-me V. Ex^a um aparte, nobre Senador Magno Bacelar?

O SR. MAGNO BACELAR — Concedo o aparte a V. Ex^a com muita honra.

O Sr. Ronaldo Aragão — Ouço com atenção o pronunciamento que V. Ex^a faz, hoje, que é da maior importância não só para o Estado do Maranhão, como também para todo o Brasil. Quero me reportar aqui, que Porto Velho, capital do meu Estado, que é Rondônia, hoje deve ter em torno de 350.000 habitantes, e tem 6% de saneamento básico. Entendemos por que o Governo gasta tanto dinheiro com as AIH, quando é necessário que se faça, urgentemente, uma campanha para a implantação do saneamento básico no Brasil. Com o saneamento básico o que aconteceria? Melhoraria a condição de saúde da população e o gasto público com internações nos hospitais também diminuiria. V. Ex^a tem razão quando se refere às AIH como um fator de manipulação política, pois no meu Estado é o que está ocorrendo: o Governo do Estado está trocando o apoio e até fazendo pressão sobre os municípios quando entrega uma parte da AIH, que era do serviço público, para beneficiar seus apadrinhados. Isto será tema de um próximo discurso que farei nesta Casa a respeito dessa situação em que hoje estamos vivendo no Estado de Rondônia, que é o apadrinhamento, através da AIH, feita a hospitais do Estado de Rondônia. Quero, nesta oportunidade, parabenizar o discurso oportuno de V. Ex^a, chamando a atenção, mais uma vez, para o fato de que o problema do Brasil não é abaixar o preço dos remédios, mas implementar a saúde preventiva, através da implantação do serviço de saneamento básico. Com isso, diminuiríamos todo esse o Brasil, das internações, das AIH. Assim, o dinheiro público seria bem aplicado.

O SR. MAGNO BACELAR — Agradeço o aparte de V. Ex^a, que engrandece o meu discurso que não tem grandes pretensões, senão o de fazer mais um alerta ao Governo das necessidades que temos de tomar medidas urgentes.

Um outro assunto que me assusta muito é o açoitamento com que a classe política pretende tratar do plebiscito, com relação à forma de governo. Cria-se uma expectativa muito grande perante a Nação brasileira, quando todos sabemos que não é a forma de governo, que não é mais um modismo que irá solucionar os grandes problemas brasileiros. A população está carente de alimentos, de saúde, de educação e muito pouco está ligando para mais uma panacéia que se cria em torno da forma de governo, como se fosse um fórmula mágica para a solução dos grandes problemas nacionais.

Mas, no início do aparte, V. Ex^a dizia que me reportava ao Maranhão. Não, nobre Senador, reporto-me ao Brasil. Disse, no início do meu pronunciamento, que, no Norte do País, apenas 2% da população é servida por esgotos sanitários, e isso realmente deixa muito a desejar.

Com relação às AIH, antigamente, os políticos do interior, Deputados Estaduais caracterizavam-se como empreiteiros; hoje, são donos de hospitais. Dizia-me o Governador Edison Lobão, numa das últimas oportunidades que tive de falar com S. Ex^a, que o maior drama da sua administração era em relação à distribuição das AIH, tal o volume de recursos inocuamente aplicados, quando todos sabemos que saúde deve ser tratada preventivamente. E, hoje, trago à Casa este assunto, porque me proponho a emendar a reforma fiscal, quando tivermos a oportunidade de estudá-la, para que maior quantidade de recursos seja destinada à saúde preventiva, basicamente ao saneamento das cidades brasileiras.

Temos visto, ao longo dos últimos anos, a televisão, com a força da imagem, mostrando as nossas populações bebendo água de barreiros, onde lava-se o cavalo, lava-se a roupa, quando existem; pois, com a falta de reservatórios, passam a sofrer da sede, inclemente no sertão nordestino.

No momento em que o Senador Francisco Rollemburg iniciou a sessão de hoje, tratando da saúde, eu não estava inscrito, mas me propus a dar seqüência à lista de oradores, para um assunto que reputo, Sr. Presidente, Srs. Senadores, dos mais relevantes.

Precisamos levar o Governo Federal a atender às necessidades da nossa população, quer no Maranhão, no Acre, no Amazonas ou no Rio Grande do Sul, porque, pelo número de ordem, o Sul do País é o terceiro mais mal servido, precedido pelo Norte e Nordeste, onde as populações sequer conhecem o sistema de esgotos.

Nesse sentido, apresentarei emenda e espero contar com o apoio dos nossos queridos colegas, porque reputamos que é muito mais sério tratar da saúde e da mortalidade infantil do que tratar de regime de governo, num momento em que o País clama por providências mais sérias.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

Amir Lando - Beni Veras - César Dias - Darcy Ribeiro - Flaviano Melo - Gerson Camata - Guilherme Palmeira - Henrique Almeida - Humberto Lucena - Hydekel Freitas - Iram Saraiva - Irapuan Costa Júnior - João Calmon - Jonas Pinheiro - Júnia Marise - Levy Dias - Lourival Baptista - Márcio Lacerda - Marco Maciel - Marluce Pinto - Meira Filho - Moisés Abrão - Nelson Carneiro - Ronaldo Araújo - Wilson Martins.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) — Esgotado o tempo destinado ao Expediente.

Presentes na Casa 34 Srs. Senadores.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 50, DE 1992

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, c, do Regimento Interno)

Discussão em turno único do Projeto de Lei da Câmara n° 50, de 1992, (n° 4.621/90, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a criação de Escolas Técnicas Federais, e dá outras providências. (Dependendo de parecer.)

Nos termos do art. 140, a, do Regimento Interno, designo o nobre Senador João Calmon, para proferir parecer em plenário.

O SR. JOÃO CALMON (PMDB — ES. Para emitir parecer.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, de autoria do Poder Executivo, a Proposição em análise foi encaminhada à Câmara dos Deputados pela Mensagem n° 103, de 20 de fevereiro de 1990, onde recebeu o n° 4.621, de 1990, e foi devidamente aperfeiçoada e aprovada pelo Plenário daquela Casa a 20 de maio de 1992.

No Senado Federal, com o n° 50, de 1992, o Projeto de Lei da Câmara veio para esta Comissão, que deve opinar sobre o seu mérito.

O objetivo do Projeto é dar seqüência ao Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Técnico de nível médio e atender às diretrizes fixadas no I Plano de Desenvolvimento Nacional da Nova República que, em grande parte, já foi implementado e que deve ter continuidade, no atual Governo, com a criação de 63 Escolas Técnicas Federais.

Em sua Exposição de Motivos, o então Ministro da Educação, Deputado Carlos Santana, enfatiza que “essa medida contribuirá, certamente, para a democratização das oportunidades e melhoria da qualidade desse ensino, além de proporcionar ao cidadão formação que o capacite a atuar, de forma eficiente, em benefício da sociedade brasileira”.

O Projeto prevê também a criação dos cargos, empregos e funções correspondentes às necessidades das novas escolas. Especifica também que elas serão mantidas pelo MEC e define sua estrutura administrativa, ressaltando que o funcionamento delas só se dará com a existência dos recursos financeiros necessários.

2 — Parecer

Do exposto, percebe-se o alcance social da medida que, se aprovada, beneficiará cidades de todos os Estados brasileiros e significará importante aporte para a formação profissional e técnica de milhares de brasileiros, o que, sem dúvida alguma, poderá contribuir efetivamente para o desenvolvimento econômico do País, que carece de mão-de-obra com formação técnica de nível médio.

Não vendo óbices quanto a sua constitucionalidade e juridicidade, manifestamo-nos favoravelmente em relação ao mérito do Projeto.

3 — Voto

Pela aprovação, com as seguintes emendas:

Emenda n° 1-R

Art. 1º Ficam criadas, na forma dos Anexos I e II desta lei, setenta e uma escolas técnicas federais, respectivos cargos e funções, consoante o Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Técnico — PROTEC.

Emenda n° 2-R

Incluir no Anexo 1 — “Proposta de criação das Escolas técnicas federais”:

- 64 — Porto Velho — RO
- 65 — Boa Vista — RR
- 66 — Breves — PA
- 67 — Santarém — PA

68 — Itaituba — PA
 69 — Palmas — TO
 70 — Castanhal — PA
 71 — Abaetetuba — PA

O Relator desse Projeto foi, inicialmente, o Senador Coutinho Jorge.

Este é o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) — O parecer do Sr. Relator conclui favoravelmente ao projeto e S. Ex^a apresenta duas emendas.

Completada a instrução da matéria, passa-se à discussão do projeto e das emendas, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão. A votação fica adiada por falta de quorum.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) — Item 2:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 143, DE 1992

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, e, do Regimento Interno.)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n° 143, de 1992, (n° 3.104/92, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a criação do Quadro de Pessoal da Fundação Universidade Federal do Amapá, e dá outras provisões. (Dependendo de parecer.)

Nos termos do art. 140, a, do Regimento Interno, designo o nobre Senador Jonas Pinheiro para proferir o parecer em plenário.

O SR. JONAS PINHEIRO (PTB — AP) — Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, antes de emitir o parecer, eu gostaria de manifestar à minha satisfação pela chegada deste momento de magna importância para o Estado do Amapá. O Presidente da República, finalmente, sensibilizado, em virtude de numerosas gestões que fizemos, por intermédio do Ministro da Educação, houve por bem encaminhar um projeto de lei propondo ao Congresso Nacional a criação do Quadro de Pessoal da Fundação Universidade do Amapá.

Ora, Sr. Presidente, essa matéria, como disse, é da maior importância, porque a aprovação desse projeto possibilitará uma maior autonomia de nossa jovem universidade, um maior rendimento em seus trabalhos, maior independência, mais recursos, mais condições de trabalho para que se processe, de forma mais efetiva, a educação de 3º grau em nosso Estado.

De modo, Sr. Presidente, que o projeto encaminhado por Sua Excelência ao Congresso atende perfeitamente às necessidades iniciais de nossa Universidade. Propõe que os cargos criados sejam ocupados ao longo de 3 anos, o que está bem de acordo com as nossas necessidades e conveniências.

Assim, Sr. Presidente, após ter sido o projeto aprovado na Câmara dos Deputados, conseguimos colocá-lo em regime de urgência nesse período extraordinário de convocação do Congresso e ele chega ao Senado Federal depois de haver recebido pareceres favoráveis de todos os órgãos do Executivo. E não podia ser diferente a minha posição, exatamente por ser a posição de quem lutou denodadamente para que chegassem esse dia, o meu parecer não podia ser diferente dos demais, não poderia ser contrário de maneira nenhuma.

Meu parecer é favorável, com apelo aos nossos Pares, aos nossos Colegas Senadores, no sentido de que aprovem

essa matéria, contribuindo, assim, para o desenvolvimento do meu Estado do Amapá.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) — O parecer conclui favoravelmente ao projeto.

Completada a instrução da matéria, passa-se à discussão do projeto, em turno único.

Em discussão. (Pausa.)

O SR. RONALDO ARAGÃO — Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) — Tem a palavra V. Ex^a

O SR. RONALDO ARAGÃO (PMDB — RO) — Para discutir. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, não é propriamente para discutir o projeto da Universidade do Amapá, mas para dar o meu testemunho da luta árdua e constante que, desde que chegou a esta Casa, o Senador Jonas Pinheiro tem empreendido para a conclusão dessa matéria.

Quero aqui, de público, do plenário do Senado, testemunhar essa luta, que é do pessoal da Universidade do Amapá e cuja conclusão começa agora, e dar os meus parabéns ao Senador Jonas Pinheiro, que tão bem representa o Estado do Amapá.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) — Continua em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, encerro a discussão.

Não há quorum para votação. Em consequência, o item 2 da pauta fica adiado para a próxima sessão ordinária.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) — Item 3

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 153, DE 1992

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, e, do Regimento Interno.)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n° 153, de 1992, (n° 3.465/92, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que cria cargos na Carreira Policial Federal. (Dependendo de parecer.)

Nos termos do art. 140, a, do Regimento Interno, designo o Senador Magno Bacelar para proferir parecer sobre o projeto.

O SR. MAGNO BACELAR (PDT — MA) — Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, chega para exame desta Casa, através da Mensagem do Sr. Presidente da República de n° 911/92, o projeto que me compete relatar, e que se destina à criação de cargos na Polícia Federal.

Examinando a exposição de motivos, Sr. Presidente, e sobretudo porque dentro do modismo nacional se passa a discutir pena de morte, quando, na realidade, o que se tem é que combater a fome, a miséria e equipar os nossos órgãos de repressão, somos favoráveis ao projeto, Sr. Presidente, concluindo favoravelmente pela substituição do anexo enviado ao Senado, através do n° PS-GSE 12/93, do 1º Secretário da Câmara dos Deputados, que corrige algumas falhas do projeto original.

O parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) — O parecer conclui favoravelmente ao projeto.

Completada a instrução da matéria, passa-se à discussão do projeto, em turno único.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão. A votação da matéria fica adiada por falta de **quorum**.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) — A Presidência retira os itens 4, 5 e 6 da pauta, nos termos do art. 175, e, do Regimento Interno.

São os seguintes os itens adiados:

— 4 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 157, DE 1992

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, e, do Regimento Interno.)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n° 157, de 1992, (n° 3.423/92, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a organização e o Funcionamento do Conselho Monetário Nacional. (Dependendo de Parecer.)

— 5 —

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 105, DE 1992

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, "e", do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado n° 105, de 1992, de iniciativa da CPI-FGTS, que dispõe sobre o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e dá outras providências. (Dependendo de Parecer.)

— 6 —

MENSAGEM N° 92, DE 1993

(Incluída em Ordem do Dia nos termos do art. 336, "e", do Regimento Interno.)

Mensagem n° 92, de 1993 (n° 29/93, na origem), através da qual o Presidente da República solicita autorização para contratar operação de crédito externo, com garantia da União, no valor de sete milhões, novecentos e quarenta e cinco mil e duzentos e setenta e sete dólares norte-americanos, entre a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco — CODEVASF e a Empresa Húngara de Comércio Exterior e de Empreeendimentos para Exportação — AGROINVEST, para os fins que especifica. (Dependendo de Parecer.)

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) — Esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

Volta-se à lista de oradores.

Concede a palavra ao nobre Senador César Dias.

O SR. CÉSAR DIAS (PMDB — RR) — Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, venho à tribuna nesta manhã para falar sobre as levianas acusações que tem sofrido o Ministro da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária, Lázaro Ferreira Barboza.

Pelo que observamos durante vários dias, incessantemente alguns jornais do Estado de São Paulo têm feito algumas acusações que acreditamos ser bastante infundadas. São acusações levianas e que não atendem, neste momento, ao interesse nacional. Digo que também são acusações vazias, porque nada dizem, na realidade, do Ministro. Eles dizem que S. Ex^a, até o momento, não fez nenhuma medida de impacto no seu ministério. Ora, estamos agora — após o processo de **impeachment** — numa situação completamente diferente à do Governo Collor. Não queremos tomar medidas de impacto como fazia o presidente anterior, que era uma pessoa que adorava a

liturgia do poder, porém não tinha nenhuma tenacidade para administrar. Esta é a minha visão sobre as críticas que estão fazendo contra o Ministro Lázaro Barboza que é um homem honrado, já foi Senador, Secretário de Governo do Estado de Goiás e é Deputado Federal. Lázaro Barboza, hoje, é Ministro de consenso, inclusive seu nome foi indicado pela Bancada do PMDB e, pela sua tradição, força, magnitude de trabalho e de homem honrado, S. Ex^a foi escolhido para o Ministério da Agricultura. Hoje fazem-lhe acusações.

Estamos no processo inicial de Governo do Presidente Itamar Franco. Alguns Ministérios ainda estão processando o seu futuro trabalho, como é o caso do Ministro Lázaro Barboza. S. Ex^a assumiu o Ministério quando o ex-Ministro dizia que o País produziria uma supersafrinha. Isto era apenas marketing e foi denunciado por alguns senadores, entre eles o nosso querido Ronaldo Aragão. Na realidade, era puro marketing.

Com o Ministro Lázaro Barboza não é assim. S. Ex^a é um Ministro que realmente entende do campo e vai resolver os nossos problemas. Acredito sim que virão as medidas de impacto mas, após elas terem sido estudadas, porque Lázaro Barboza sobreviveu no momento das maiores safras deste País quando era, então, Ministro, o Sr. Íris Rezende e Lázaro Barboza ocupava a Secretaria do Ministério.

O Sr. Ronaldo Aragão — V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. CÉSAR DIAS — Pois não, nobre Senador.

O Sr. Ronaldo Aragão — Quero associar-me ao discurso de V. Ex^a, quando vem aqui, não em defesa, mas relatar a veracidade do propósito com que o Ministro Lázaro Barboza está à frente do Ministério da Agricultura do Brasil. As ações contra o seu Ministério, desde que foi guindado à condição de Ministro, são constantes e feitas por aqueles que têm interesse na política agrícola do País. Essas campanhas contra o Ministro da Agricultura vão perdurar, porque esses grupos não aceitam mudanças na dinâmica da política agrícola no Brasil. Recordo-me que, há algum tempo, o ex-Senador Paulo Guerra, de Pernambuco, disse que se o Ministério da Agricultura fosse extinto, só tomariam conhecimento do fato os que lessem o **Diário Oficial**. Entendo que o Ministério da Agricultura é um órgão de importância fundamental para debelar a crise brasileira e combater a inflação. O Ministro Lázaro Barboza, que, como disse muito bem V. Ex^a, é conhecedor dos problemas da agricultura brasileira, pois é plantador de grãos, em Goiás, no Centro-Oeste, quer combater os vícios que existem na política do Ministério da Agricultura e, por isso, tem sido alvo de constantes críticas, muitas delas infundadas. O Ministério da Agricultura, em tempos remotos, como lembrou muito bem V. Ex^a, vivia da mídia eletrônica brasileira, anunciando sempre supersafras. E tudo isso na mídia brasileira. E, quando se vai apurar a realidade, a coisa é completamente diferente. Já foi dito aqui, várias vezes, que é preciso mudar a política agrícola do País. Um dos caminhos para que o Brasil possa sair da crise em que se encontra é o apoio maciço à sua agricultura. É o que tem procurado constantemente, diuturnamente, o Ministro Lázaro Barboza e por isso começa a incomodar. As críticas feitas ao seu Ministro constantes. Nesta oportunidade, queremos associar-nos a V. Ex^a e dizer que o Ministro Lázaro Barboza terá todo o seu apoio na defesa do seu Ministério, que é uma política feita com a orientação do Presidente Itamar Franco. O Presidente quer mudar, quer dar outra dinâmica não só ao setor agrícola, mas a todos os setores brasileiros. Com isso começa a incomodar.

dar. E um dos incômodos é a política que está sendo implantada pelo Ministério da Agricultura. Parabenizo V. Ex^a, mais uma vez, com o pronunciamento oportuno com que V. Ex^a faz, no dia de hoje, no Senado da República. Muito obrigado.

O SR. CÉSAR DIAS — Nobre Senador Ronaldo Aragão, agradeço as suas palavras, porque V. Ex^a tem sido um Senador que realmente combatia a política do antigo Ministério da Agricultura.

Sabe V. Ex^a — e também confia — que haverá mudanças para melhor, porque Lázaro Barboza é um homem essencialmente produtor.

É um político direcionado para agricultura, para fronteira agrícola da região Centro-Oeste.

Esses interesses de alguns iconoclastas do poder que querem denegrir a imagem de ministros — e que pouco tempo atrás tiveram sucesso, fazendo a “fritura” do Ministro Gustavo Krause — conseguem, realmente, criar uma situação incômoda para os Ministros.

Agora, aqui, vamos defender o Ministro Lázaro Barboza para que possa dar continuidade ao seu projeto. Realmente, tomará medidas de impacto, mas não no primeiro dia ou no primeiro mês que assume o Ministério, mas sim através de estudo, porque é, realmente, um conhecedor do assunto e, como tal, jamais poderia, de uma maneira abrupta, chegar ao Ministério e começar fazer sucesso na mídia, como querem.

O Sr. Nabor Júnior — V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. CÉSAR DIAS — Ouço V. Ex^a com prazer.

O Sr. Nabor Júnior — Senador César Dias, quero me associar às manifestações de V. Ex^a em apoio à atuação do Ministro Lázaro Barboza à frente do Ministério da Agricultura. Venho acompanhando o noticiário da imprensa e tenho verificado que está-se fazendo um processo de desgaste do Ministro Lázaro Barboza perante a opinião pública e, sobretudo, perante o Presidente da República, Dr. Itamar Franco. Essa campanha se origina em alguns setores inconformados porque o Estado de Goiás teve o privilégio de indicar o seu representante para dirigir aquela importante Pasta da Administração Federal. Não é só o fato de ser o Ministro Lázaro Barboza goiano que está motivando essa campanha de descrédito não; é, também, o fato de ser um homem humilde, um homem popular e ser o homem que abre as portas de seu Ministério para todos aqueles que o procuram. Isso incomoda alguns setores da agricultura de estados poderosos, principalmente no Centro-Sul do País. Nós podemos detectar que essa campanha vai deteriorando cada vez mais a imagem do Ministro perante o Presidente da República e a sociedade brasileira. Mas, o que eu quero dizer é que o Ministério da Agricultura é um órgão que só pode apresentar resultados positivos se também contar com o indispensável aporte de recursos dos ministérios da área econômica. Recordo-me que, certa vez, quando exercia o Governo do Estado do Acre e era titular do Ministério da Agricultura o ilustre e valoroso Senador Pedro Simon, solicitei uma audiência a S. Ex^a para reivindicar alguns benefícios para a área agrícola do meu Estado. S. Ex^a me respondeu, naquela ocasião, que, infelizmente, era um Ministério vazio e que dependiam, basicamente, dos ministérios da área econômica. Não geravam recursos e não arrecadavam nada. Apenas coordenavam as atividades agrícolas do País; dependiam de recursos do Banco do Brasil para financiamento da safra agrícola; dependiam de uma política de preços mínimos que não está a cargo do Ministério da Agricultura;

dependiam de vias de escoamento para a comercialização da safra, que não depende do Ministério da Agricultura e sim do Ministério dos Transportes. E que havia uma série de fatores inibindo um melhor desempenho dessa importante Pasta que integrante da estrutura administrativa do Governo Federal. Então, quero dizer que o Ministro Lázaro Barboza é um homem que está à altura do exercício dessa importante função. S. Ex^a conhece a área agrícola, porque é um produtor rural, é um Deputado pelo Estado de Goiás, que é eminentemente agrícola, com uma experiência de vida pública de mais de 20 anos. Já foi Secretário de Estado, assumiu a Secretaria-Geral do Ministério da Agricultura, exerceu o mandato de Senador, por Goiás, durante oito anos e, atualmente é Deputado Federal. É um homem inteligente, conhecedor de todos os problemas agrícolas deste País. O que falta para que o seu Ministério obtenha o sucesso, — que todos nós desejamos — realmente, é um apoio mais explícito da área econômica do Governo, para viabilizar as propostas que são apresentadas.

Por exemplo, li, há poucos dias, que é intenção do Ministro da Agricultura Lázaro Barboza retomar aquele projeto de distribuição de leite, às famílias carentes do Brasil, criado no Governo José Sarney, e suspenso no Governo Fernando Collor de Mello. A implementação desse projeto exige recursos. O Governo tem que investir nessa área, para comprar a produção de leite das cooperativas, das empresas de laticínios. No meu Estado, por exemplo, existe uma empresa de laticínios que, hoje, está produzindo cerca de 30 mil litros de leite/dia. No entanto, só estão sendo comercializados cerca de 12 mil litros, e 18 mil litros estão sendo transformados em queijo ou em subprodutos do leite, que se tornam inacessíveis ao consumo da população, devido o seu baixo poder aquisitivo. Ninguém, hoje, tem dinheiro suficiente para comprar queijo, iogurte etc. Na época do Governo Sarney, quando havia o programa de distribuição de leite para as famílias carentes, esse programa adquiria o excesso de produção da CILA — Companhia de Laticínios do Estado do Acre — e colocava toda a produção no mercado e, com isso, os produtores se sentiam estimulados para aumentar a produção e melhorar o seu plantel de gado leiteiro. Pois bem, agora está acontecendo um problema: o Governo Collor desativou o programa e hoje estão sobrando em torno de 15 mil litros de leite que não têm condições de serem comercializados. Isso está acontecendo também em outros Estados. Por isso, o Ministro Lázaro Barboza está propondo ao Governo a retomada desse programa de distribuição de leite às famílias carentes. Mas isso, repito, depende de recursos, e o Ministério da Agricultura não tem recursos. Há também um outro problema: o financiamento para a próxima safra. O Ministério não dispõe de recursos próprios, depende de autorização do Ministério de Crédito governamentais e particulares para conceder financiamentos para a safra agrícola em todo País. Mas é suficiente apenas conceder esse financiamento? Não, não é! Temos que estudar uma forma de conceder, também, juros subsidiados para a agricultura, sem o que ninguém terá condições de pagar esses financiamentos com juros de 30, 35% ao mês. Quem é que pode produzir arroz, feijão, milho, farinha, carne e outros produtos, fazer um financiamento para o custeio da safra e depois pagar esse financiamento ao longo de 8, 10 ou 12 meses, com juros de mais de 1000% ao ano. É impossível! É preciso que o Governo implante uma política de favorecimento às atividades agrícolas, através de juros subsidiados, como havia no passado. Eu lembro que, na época em que o Banco da Amazônia detinha o monopólio da borra-

cha, os financiamentos eram concedidos para os produtores de borracha com juros subsidiados de 7% ao ano. Não havia correção monetária, e todo mundo pagava os seus financiamentos. Depois da adoção da correção monetária e juros reais então, ninguém mais conseguiu pagar, e todos foram à falência. É o que está acontecendo hoje com a nossa agricultura. Então, a culpa não é do Ministro Lázaro Barboza: é de todo o sistema, que está inviabilizando as atividades agrícolas no País, com a política de juros elevados que vem sendo praticada não só pelos governos anteriores, mas até por este Governo. Este assunto será objeto de um pronunciamento que farei ainda hoje no Senado. Muito obrigado pela concessão do aparte.

O SR. CÉSAR DIAS — Nobre Senador Nabor Júnior, agradeço a participação de V. Ex^a, que é realmente sabedor da vida pública do Ministro Lázaro Barboza.

Gostaria de acrescentar que o Ministro Lázaro Barboza assumiu há menos de dois meses e meio e recebeu o Ministério numa entressafra; um ministério totalmente desmontado que vivia de marketing político e que, na realidade, não tinha nenhum plano, nenhum projeto substancial de médio prazo para a agricultura brasileira.

O Ministro Lázaro Barboza está montando o seu plano de governo e promovendo um inter-relacionamento entre o seu Ministério e o Ministério da Fazenda, Ministério do Planejamento e Banco do Brasil. Os jornais, no entanto, insistem em dizer, há mais de uma semana, que o Ministro da Agricultura não adotou nenhuma medida de impacto. Como pode fazê-lo em apenas dois meses e meio? Mesmo porque, durante o processo de **impeachment**, a própria interinidade do Governo dificultou o início das propostas.

Mas nós não vamos permitir que o Ministro Lázaro Barboza seja objeto de escárnio público, porque S. Ex^a é um homem honrado, e acreditamos que fará um grande trabalho à frente do Ministério na Agricultura. Estaremos aqui para defendê-lo.

O Sr. Nabor Júnior — Permite-me V. Ex^a um novo aparte?

O SR. CÉSAR DIAS — Pois não, nobre Senador.

O Sr. Nabor Júnior — Entendo também, ilustre Senador César Dias, que já era hora de uma manifestação do Presidente Itamar Franco a respeito dessa campanha dirigida que se faz, visando desestabilizar o Ministro Lázaro Barboza. Creio que Sua Excelência, o Presidente Itamar Franco, que é um homem da maior sinceridade e lealdade para com seus auxiliares, homem de uma conduta irrepreensível, já deveria ter desautorizado esse tipo de campanha que está sendo praticada contra o Ministro Lázaro Barboza. A não ser que realmente Sua Excelência não esteja satisfeita com o desempenho do Ministro; neste caso, poderia chamá-lo e pedir-lhe francamente, honestamente, que apresentasse a sua renúncia ao cargo, impedindo, assim, essa campanha dirigida, essa “fritura”, que é extremamente prejudicial: ela tira a tranquilidade do Ministro, desmotiva a sua equipe e cria especulação no meio agrícola, contribuindo para o aumento dos preços dos produtos agrícolas. Sabemos que tudo neste País é motivo de especulação; agora mesmo, a publicação de uma notícia distorcida, apontando para um novo pacote econômico na época do carnaval, com prefixação de preços e salários, foi suficiente para que todos os empresários imediatamente aumentassem estupidamente o preço dos seus produtos. Precisou o Presidente

da República desmentir ontem, de maneira veemente, a informação.

Uma campanha desse tipo só tende a prejudicar o próprio Governo, a economia e sobretudo a agricultura do País. Ela cria desassossego não só para a pessoa do Ministro Lázaro Barboza, mas também para a sua família, seus amigos e o seu Partido, o PMDB, que, neste momento, lhe empresta todo o apoio e solidariedade.

O SR. CÉSAR DIAS — Nobre Senador Nabor Júnior, o Presidente Itamar Franco não é homem de aceitar esse processo de “fritura”, como diz a imprensa. Realmente, como diz V. Ex^a, isso desestabiliza qualquer ministro, como desestabilizou o Ministro Gustavo Krause.

A política brasileira sempre foi comandada, em épocas pretéritas, por notáveis. Quando assume um ministério uma pessoa simples, como o Ministro Gustavo Krause e o Ministro Lázaro Barboza, acontece essa insatisfação por parte de certo segmento da sociedade.

Precisamos testar primeiramente o plano de trabalho do Ministro Lázaro Barboza; mas vamos cobrar do Líder do Governo no Senado Federal uma posição efetiva com relação ao que está se passando, porque até agora não houve manifestação de descontentamento do Presidente Itamar Franco em relação ao Ministro Lázaro Barboza. Na realidade, S. Ex^a não dispôs ainda de tempo hábil para montar o seu plano de trabalho.

Sr. Presidente, eram essas palavras que eu gostaria de proferir nesta manhã. Reputo da maior importância o Ministério da Agricultura; acredito plamente que o Ministro Lázaro Barboza desempenhará a sua função com tenacidade, probidade, capacidade e, como lhe é peculiar, com caráter e honestidade.

Agradeço aos Senadores Nabor Júnior e Ronaldo Aragão por suas palavras.

Durante o discurso do Sr. César Dias, o Sr. Nabor Júnior, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Magno Bacelar.

O SR. PRESIDENTE (Magno Bacelar) — Concedo a palavra ao nobre Senador Ronaldo Aragão.

O SR. RONALDO ARAGÃO (PMDB — R0. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu não tinha a intenção de vir à tribuna do Senado no dia de hoje, mas notícias veiculadas nos órgãos de imprensa obrigaram-me a proferir algumas palavras a respeito do assunto que passarei a relatar.

Antes de entrar no pronunciamento propriamente dito, Sr. Presidente, eu queria aqui, hoje na Liderança do PMDB, dizer da minha solidariedade ao Ministro Lázaro Barboza. Esse processo de “fritura” do Ministro começou quando S. Ex^a enfrentou a antiga direção da CONAB, o órgão responsável no Brasil pelo armazenamento: constatadas algumas irregularidades, demitiu-se essa diretoria. A partir daí, acentuou-se essa campanha de desestabilização do Ministro Lázaro Barboza. O Senador Nabor Júnior lembrou bem aqui o termo jornalístico “fritura”, que está sendo utilizado contra o Ministro da Agricultura e Reforma Agrária.

Na CONAB, o volume de armazenamento e de transporte é impressionante. Quando interesses são contrariados, logo surgem campanhas insidiosas como essa que está sendo dirigida agora ao Ministro Lázaro Barboza. Neste momento, es-

tando eu na Liderança do PMDB, quero deixar registrada a nossa solidariedade em defesa de S. Ex^o, que hoje tão bem procura dirigir a política agrícola brasileira.

Sr. Presidente, gostaria de aditar ao meu pronunciamento o que li nos jornais de hoje. Diz a manchete: "Banco do Brasil chama 350 candidatos aprovados no Distrito Federal". Parabenizo o Presidente dessa instituição por essa atitude, fazendo um apelo para que essa convocação se estenda a todos os candidatos aprovados no Brasil, que esperam ansiosos pela oportunidade.

No meu Estado, o de Rondônia, há um número significativo de jovens e de pessoas maduras, aprovados no concurso para essa instituição, aguardando ser chamados para tomar posse. Isso contribuirá para diminuir a pressão social no Estado de Rondônia. Tanto o Banco do Brasil quanto o Basa e o Banco do Nordeste têm a obrigação e a responsabilidade de amenizar as pressões sociais, hoje gravíssimas no Brasil.

O Estado de Rondônia está sendo muito atingido pelo problema social. Constata-se a existência, na Capital, Porto Velho, de mais de quinze gangues organizadas, que praticam estupros e assaltos a mão armada a residências, levando o terror à população da cidade; e essas gangues estão proliferando.

Os problemas sociais estão crescendo quase que em progressão geométrica no Estado de Rondônia. É preciso que algo seja feito; é preciso que o Governo do Estado coloque os pés no chão e comece a governar, o que ele ainda não fez. Até agora, ele preocupou-se com a mídia, mas, a cada dia, a situação econômica, financeira, político-social de Rondônia fica mais desastrosa.

Sr. Presidente, a grave crise energética e a crise econômica que hoje se alastram no Estado de Rondônia também são temas do meu pronunciamento. O que me surpreende é saber que os dirigentes, os homens responsáveis pelos destinos da política e da administração do meu Estado, estão agindo como se lá não existissem problemas; e eles são tantos! Quando vimos o Presidente do Banco do Brasil autorizar a convocação dos concursados do Distrito Federal para tomarem posse na instituição, ficamos animados e pedimos, insistimos, apelamos no sentido de que ele fizesse o mesmo em relação aos candidatos aprovados em Porto Velho, contribuindo dessa forma para a redução do problema social tão grave e que poderá tornar-se incontrolável no Estado.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Magno Bacelar) — Concedo a palavra ao nobre Senador Nabor Júnior.

O SR. NABOR JÚNIOR (PMDB) — AC. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, é com satisfação que aproveito a oportunidade que V. Ex^o me concede, para abordar dois assuntos da maior importância para o nosso país e, em particular, para a região Amazônica: a tentativa de esvaziamento institucional e operacional do Banco da Amazônia e as dificuldades que o Governo enfrenta para pôr em prática as diretrizes, anunciadas pelo próprio Presidente Itamar Franco, de forçar a redução das taxas de juros aplicadas nas operações creditícias internas.

Começo pelo ponto mais dramático, embora circunscrito a uma parte do Território nacional — mas que, embora localizado na grande região Amazônica, tem, fortes reflexos, até mesmo estratégicos, na consolidação do desenvolvimento harmônico do Brasil. Começo, portanto, pela recente decisão dos Ministros da área econômica, que encomendaram às res-

pectivas assessorias a realização de estudos para reformular as atividades do Basa.

A Casa conhece, por certo, a importância e as tradições do Banco da Amazônia, como órgão de fomento e de sustentação econômica da região, com sede em Belém e agências em praticamente todos os distantes Municípios. Criado em 1942, na gestão do saudoso Presidente Getúlio Vargas, foi-lhe destinada a tarefa histórica de implementar o Acordo Brasil-Estados Unidos para incentivar a produção de borracha nos seringais nativos da grande mata. Por aqueles instrumentos, chamados de "Acordos de Washington", o Governo brasileiro assumiu o compromisso de tornar novamente rentáveis e produtivos os campos originais do látex, para substituir as grandes plantações estabelecidas na Ásia pelos ingleses, a partir de sementes levadas do próprio Brasil. Eram os tempos decisivos da II Guerra Mundial, e esta foi a colaboração cobrada ao Brasil, no esforço bélico aliado, para fazer face ao Eixo nazi-fascista, integrado por Alemanha, Itália e Japão.

Os recursos financeiros para o estabelecimento do Banco foram fornecidos pelos governos brasileiro e norte-americano; em contrapartida, caberia àquele órgão financeirar e comercializar, dentro de critérios estratégicos, toda a goma elástica que pudesse ser produzida, para a indústria pesada e outras finalidades específicas.

Os Estados Unidos da América seriam parceiros privilegiados nessas operações, pois, como disse, as mesmas se destinavam, prioritariamente, a satisfazer as prementes necessidades derivadas do grande conflito.

Um jovem e brilhante Capitão do Exército do Brasil, Oscar Passos, foi convocado pelo Presidente Vargas a ser o organizador e o primeiro presidente do Banco da Amazônia — e o acerto dessa decisão, sem dúvida, ficou evidenciado pela trajetória política e pela coragem cívica por ele demonstrada, ocupando cargos da importância de Governador do Acre, Deputado Federal, Senador e líder maior da resistência democrática, como primeiro Presidente do MDB.

O hoje Banco da Amazônia foi batizado e implantado como Banco de Crédito da Borracha, consagrando-se, até no nome, à luta pela heveicultura brasileira. Oscar Passos, já profundo conhecedor da realidade e das contingências da Amazônia, que conheceu como Governador do então Território Federal do Acre, desincumbiu-se a contento da importante e digna missão, reativando, aos milhares, os seringais nativos, comandando a epopeia dos Soldados da Borracha. Sim, pois os bravos que invadiam e retomavam a economia da goma elástica eram verdadeiros guerreiros, irmãos dos pracinhas da FEB, pois estavam, também, engajados na luta contra a tirania do Eixo.

E que batalha terrível, gloriosa, trágica e soberba!

Homens simples, recrutados principalmente no Ceará, Alagoas, Pernambuco, Piauí, Maranhão, Sergipe e Rio Grande do Norte, foram levados para um ambiente oposto aos seus sertões e caatingas, arrostando os perigos e as hostilidades da floresta quase intocada, principalmente nos hoje Estados do Acre, Rondônia, nas trilhas da seringueira, é uma das mais belas e vibrantes da Humanidade, e não cabe nos limites regimentais de um discurso.

No Governo Castello Branco, já então como Banco da Amazônia, o antigo Banco de Crédito da Borracha foi transformado em estabelecimento de crédito regular, embora voltado para o desenvolvimento e a integração regional — mas perdendo sua vinculação específica com a economia gomífera,

inclusive porque o monopólio estatal da borracha, que ele executava, foi extinto, o que deixou produtores e trabalhadores do setor entregues às incertezas do mercado, das injunções econômicas forjadas até mesmo no Exterior.

Começaram aí, também, as dificuldades extruturais e operacionais do Basa.

Transformado em banco múltiplo, passou a financiar a agricultura e sustentar projetos dos governos estaduais e de empresas estatais, que nem sempre honraram seus débitos. Um dos mais sérios foi o assumido no Governo Geisel, quando recursos do Banco da Amazônia foram usados nas obras de Itaipu, hidrelétrica binacional construída na região Sul, que até hoje não quitou o empréstimo. A EletroNorte, subsidiária da Eletrobrás, também tem expressiva dívida com o Basa; Estados, Municípios, ex-Territórios também são grandes devedores do banco.

A inadimplência de grandes financiados institucionais e a concorrência acirrada com bancos oficiais e privados, afinal, levaram à situação em que se encontra hoje o Basa, quase pré-falimentar.

E ameaçado de ser punido pela irresponsabilidade e a omissão com que foi conduzido ao longo de todos esses anos!

O balanço referente ao exercício de 1992 apresentou o inevitável resultado negativo, levando o Ministro da Fazenda, Paulo Haddad, e a direção do Banco Central, a solicitar ao Presidente da República uma auditoria nas contas e na situação do Basa.

As primeiras informações desses estudos são preocupantes, Sr. Presidente, pois apontam para a virtual extinção do Bancó da Amazônia S.A., a despeito de suas responsabilidades históricas e da obra benemérita que executou ao longo de meio século, sem que se atente, sequer, para o fato de que o Basa possui, em inúmeros Municípios da região, a sua única agência bancária, seu único fator de crédito, empréstimos e depósitos, até mesmo o único veículo regular para pagamento do funcionalismo estadual ou municipal.

Nada disso, todavia, atinge aqueles tecnoburocratas, que só vêem e entendem números, insensíveis às realidades sociais e humanas que os algarismos apenas representam. Ignorantes dos problemas e dos sofrimentos das populações marginalizadas, recusam-se a tomar conhecimento do justíssimo pleito, assinado por Senadores de todos os Estados que compõem a região Norte do País, para que não cometam o desatino de extinguir o Basa.

O Sr. Ronaldo Aragão — Senador Nabor Júnior, permite-me V. Ex^e um aparte?

O SR. NABOR JÚNIOR — Com muito prazer, concedo o aparte a V. Ex^e

O Sr. Ronaldo Aragão — Estou ouvindo com atenção o pronunciamento que V. Ex^e faz hoje, aqui no Senado, incluindo o histórico da formação do Banco da Amazônia — primeiramente Banco de Crédito da Borracha, depois Banco da Amazônia. E só agora faço este aparte, depois do relato feito por V. Ex^e da ação e dos empréstimos feitos pelo Banco da Amazônia naquela região. Toda essa situação descrita por V. Ex^e me parece mais uma orquestração de entidades e de grupos interessados no espólio do Banco da Amazônia; parece-me que isso está muito claro. A região Amazônica, espliada e cantada em prosa e verso, está servindo só para isso, para a prosa, desde a ECO-92, quando se fez apologia dessa região, dando-a em garantia de empréstimos, e outras coisas

mais. Parece-me que há uma orquestração para que a Amazônia não se desenvolva, não se integre ao desenvolvimento nacional, bancos outros, que não citarei para não atingir sensibilidades, deram muito mais prejuízo ao Brasil que o Banco da Amazônia, um banco de fomento que teve grande participação no impulso para o desenvolvimento da Amazônia, uma entidade conhecida desde 1942, quando teve papel fundamental na colheita da seringueira e até mesmo no esforço de guerra. Falou muito bem V. Ex^e quando se referiu aos burocratas que fazem projetos em Brasília, em salas com ar-condicionado. E quero me reportar, se me permite V. Ex^e, aos projetos para acabar com a malária na Amazônia. Tive oportunidade, em tempos passados, de ir ao Ministério da Saúde perguntar qual era o projeto que havia para o combate à malária na região Amazônica, que era um problema sério, grave — e continua sendo. E os funcionários daquele órgão disseram: — Temos um projeto de erradicação da malária. E perguntei: — Mas os senhores já foram à Amazônia? E eles: — Não, nunca fomos, porque a malária mata; mas já lemos muito a respeito. Indaguei ainda: — O senhor conhece a Amazônia, conhece a sua realidade, sabe como é que se vai combater a malária? E a resposta foi: — Não, mas aqui está o projeto, e é um projeto muito bom, feito com muito estudo. E eu: — Mas estou perguntando se o senhor ou a senhora conhecem a realidade da Amazônia, se já estiveram lá para ver como é que se combate a malária? E eles: — Não, Deus nos livre, a malária é algo muito sério. É um problema muito sério, mas nunca foram lá. Trata-se de um problema de saúde pública, mas ninguém vai até lá.

Os técnicos, os chamados burocratas, aqueles que denomino de “fazedores de projetos em ar-condicionado” têm a solução. E de solução em solução o País está nessa situação, a que os burocratas o levaram. E para “aliviar o caixa” eles dizem que é necessário acabar com o Banco da Amazônia, porque ele deu prejuízo. Mas essas pessoas não fazem uma análise de dimensão tal que lhes permita perceber que o Banco da Amazônia, além de ser um banco que, para a sua sobrevivência, teve que entrar nesse competitivo mercado financeiro, é o único banco que existe em determinadas regiões — diz muito bem V. Ex^e —, é o único que dá assistência à população, que conhece a realidade da região Amazônica. Aqueles que estão interessados no espólio do Banco da Amazônia — o Basa — nunca foram lá. Não conhecem a realidade do homem de lá, do fundo da linha. Não conhecem a realidade do homem que precisa, para viver, passar em pinguelas com o cacaio nas costas, carregando até trinta quilos e andando até cinqüenta quilômetros, a fim de tirar empréstimo no Banco da Amazônia para poder sobreviver. Isso não conta, porque os técnicos, os burocratas, os salvadores da pátria, os sassás mutemas deste País já fizeram o projeto e disseram que o Basa, embora tenha prestado serviços inestimáveis ao desenvolvimento da Amazônia, não pode sobreviver. Quando se fala da integração da Amazônia, os mecanismos de resistência que afloram são os mais diversos. Nós os conhecemos bem. Sabemos que regiões outras, como o Centro-Sul do País, onde desde 1942 existem incentivos às exportações, recebem muito mais incentivos fiscais do que a Amazônia. Isso, porém, não conta, porque a Amazônia tem de ser cantada em prosa e verso; tem de ser colocada num quadro, porque lá existe jacaré e tudo é muito bonito. Mas na Amazônia há pessoas que acreditam no seu desenvolvimento há quarenta anos, deram sua vida; constituíram família, e estão esperando, ainda, pela esta região com o desenvolvimento nacional. Como estamos

vendo, esse mecanismo que está se produzindo em determinados setores burocráticos do Governo, que não é deste, porque isso já vem de há muito tempo, querendo só que sejamos produtores de matéria-prima. Aí está o exemplo da cassiterita no Estado de Rondônia, que é extraída e levada para São Paulo, deixando no estado só um buraco. Por que lá não se faz a fundição? Por que não se criam empregos? Para que a Amazônia não possa entrar no processo de desenvolvimento nacional? Contra essa ação, nobre Senador Nabor Júnior, temos que nos rebelar. Nesta oportunidade, parabenizo-me com V. Ex^a que, em boa hora, estaremos nesta batalha em defesa da sobrevivência do Banco da Amazônia. Muito obrigado.

O SR. NABOR JÚNIOR — Agradeço o aparte de V. Ex^a, que traz a autenticidade dos que conhecem e vivem, em sua inteireza, as dores e as esperanças da Amazônia.

Espero que o drama daquelas pessoas humildes sensibilize o Presidente Itamar Franco, que não renega suas raízes também sofridas e dignas das melhores tradições de trabalho, honestidade e determinação do verdadeiro cidadão brasileiro.

S. Ex^a conhece as dificuldades da Nação e não se contringe à redoma das grandes cidades, onde existe progresso, água encanada, rede de esgoto sanitário, assistência médica de primeiro mundo — ou quase —, assistência social e política, previdência amparando os trabalhadores; S. Ex^a, destarte, está apto a compreender e ter um pouco de condescendência para com a nossa região, rechaçando as propostas dos burocratas de seu Governo, que pretendem reduzir o Basa à condição de pequena agência de desenvolvimento, mero repassador e gestor teleguiado do Fundo Constitucional de 3%. Não que eu defendia a extinção dessa incumbência, até mesmo porque fui seu autor, na Constituinte de 1988, mas porque é muito pouco para uma instituição de tão grande história e de cujo futuro a Amazônia tanto necessita!

Fechar mais de 40 agências, disseminadas pelo interida Amazônia, como se intenta, será um desastre de proporções incalculáveis, atingindo desde as comunidades ameaçadas até os funcionários, que hoje se vêem às vésperas do desemprego.

O Sr. César Dias — Permite-me V. Ex^as um aparte?

O SR. NABOR JÚNIOR — Com muito prazer.

O Sr. César Dias — Trago também a minha preocupação com relação a esse processo de desativar o Banco da Amazônia: Este banco é a única ou quase a única estrutura bancária que dá assistência aos rincões do Norte do País. Por exemplo, há uma cidade do nosso Estado, São João do Baliza, que iniciou um processo de assentamento. Com isso, houve grande produção e o primeiro banco a se instalar naquela região foi o Banco da Amazônia. Ele realmente tem participação efetiva naquelas áreas mais carentes. O que eu observo, através de atitudes de técnicos do Banco Central, técnicos do Ministério da Fazenda, é que eles não têm a sensibilidade que os políticos às vezes têm. Eles retêm o dinheiro, aumentam juros, fazem planos mirabolantes para conter a inflação e deixam para os políticos apenas as dificuldades sociais, que é a miséria, a recessão. Agora, nos gabinetes frios do Ministério da Fazenda e do Banco Central estão aos poucos tentando desativar o Basa. Não podemos permitir isso. Temos que encontrar uma solução para esse problema. Urge que mantenhamos aquele banco como pólo de desenvolvimento da região Norte do País. Vejo que existe realmente um mecanismo internacional para tirar da Amazônia o seu desenvolvimento.

Por exemplo, os incentivos que existiam na Amazônia paulatinamente estão sendo retirados. Com essa desequalização de preços, hoje em dia, temos, na região Norte do País, uma energia elétrica mais cara semelhante às das regiões Sul e Sudeste. Os incentivos para os projetos agropecuários, bem como os recursos da Sudam estão cada vez mais escassos. Vetou-se a construção da BR-364. No que tange à construção da BR-174 tentamos recursos, fizemos mobilização parlamentar. Parece-me que realmente existe um desinteresse muito grande de fazer com que a Amazônia continue como se fosse um reduto apenas ecológico. Não podemos permitir tamanha insensatez. A Amazônia é uma região de grandes potenciais econômicos e há necessidade de desenvolvê-la. Voltarei, oportunamente, à tribuna do Senado Federal para discorrer sobre o tema "Basa". Necessário se faz que convoquemos esses técnicos à Comissão de Assuntos Econômicos, com o apoio da nossa Assessoria do Senado Federal, não vamos aceitar essas prerrogativas que estão querendo fazer com o BASA. Nobre Senador Nabor Júnior, quero parabenizá-lo pelo discurso, e me associar aos Senadores da Amazônia, como o Senador Jarbas Passarinho e V. Ex^a, em defesa do Banco da Amazônia. Muito obrigado.

O SR. NABOR JÚNIOR — Muito obrigado a V. Ex^a. De seu aparte, permita-me destacar as palavras finais, quando denunciou a campanha dirigida, para enfraquecer e esvaziar a Amazônia.

E é verdade!

Veja V. Ex^a, agora investem contra o Banco da Amazônia, pretendendo reduzi-lo a uma ínfima agência de desenvolvimento, o que implicaria no fechamento de dezenas e dezenas de agências, justamente as mais importantes em termos estratégicos e sociais, por serem aquelas que operam nos lugares extremos da região. Há algumas investidas, ainda, para acabar com os incentivos fiscais concedidos através da Sudam — e o Nordeste também é alvo dessa intentona elitista e inimiga da integração nacional, a qual se volta contra a Sudene na mesma etapa ou numa sucessão maquiavélica.

Essas tentativas não representam novidade nem surpresa para nós, homens públicos forjados e temperados na defesa de nossas regiões distantes e abandonadas.

Durante os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, houve quem quisesse acabar com a Zona Franca de Manaus, debaixo de pressões sustentadas pelos lobbies econômicos da região Centro-Sul.

Agora, ao invés de atacar perifericamente, essas mesmas forças se voltam contra a representação parlamentar dos brasileiros mais pobres, na Câmara dos Deputados; agredindo, frontalmente, as regiões já esquecidas pelo Governo, querem reduzir suas bancadas, em alguns casos de oito para apenas um Deputado Federal.

Essa é a investida mais perigosa de todas. Na medida em que se reduza a representação amazônica e nordestina, ficará mais fácil e irresistível a campanha para suprimir pontos indispensáveis, como os incentivos fiscais, a estrutura da Zona Franca de Manaus e até mesmo a extinção pura e simples do Basa. Como se os grandes estados sulistas, Senhor Presidente e Senhores Senadores, precisassem massacrar os irmãos pobres para se fazerem ainda mais ricos e poderosos.

A existência dos dois brasis, mais do que simples tese acadêmica, é uma realidade. Ignorá-la significa torná-la eterna e cada vez mais injusta, mais agressiva, mais perversa.

Só admitindo e procurando entender as diferenças históricas entre esses Brasis conflitantes, só assim poderemos aproximá-los e fazê-los mais felizes — caso contrário, estaremos incentivando apenas os movimentos e as inconformidades que levam ao separatismo. Afinal, os preceitos de dignidade não são exclusivos das regiões ricas, mas também movem brasileiros inconformados com a miséria e o abandono. No Pará, aliás, já existe uma articulação bem organizada, visando à separação da região Norte do resto do País. É a resposta às elites sulistas, que se arrepiam no convívio com nordestinos, nortistas e habitantes do Centro-Oeste.

Ora, o Brasil é uma Federação; vivemos num regime federativo e nenhum plebiscito está sendo proposto para acabar com isso. A língua falada é a mesma em todo o Território nacional, os hábitos se identificam progressivamente, os veículos de comunicação e entretenimento formam uma rede de emoções idênticas, a inflação é a mesma, até o clima se assemelha, apesar da vastidão continental do nosso solo.

Por que, então, a mentirosa igualdade, a consagração e a perpetuação de iniquidades embuçadas num falso equilíbrio proporcional?

Antes de retomar o tema "BASA", quero persistir na análise da questão estratégica da representatividade das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, porque, afinal, quem combate e procura aniquilar o tradicional estabelecimento não perde tempo em atingir o objetivo maior, de perpetuar as injustiças regionais.

O jornal *A Gazeta*, de Rio Branco, em sua edição da última terça-feira, 26 de janeiro corrente, estampa importante editorial, sob o título "Domínio Político", cujos principais tópicos ora transmitem à Casa, para meditação e consciência quanto à realidade nacional.

O artigo de fundo alerta os cidadãos acreanos para a essência da proposta, que é "contrária à representatividade política do Norte e do Nordeste, acenando com a redução do número de Deputados Federais" e "acena com o seu número ideal: um Deputado para o Acre, Rondônia, Tocantins, Amazonas, Roraima, Amapá e o Nordeste" — tópicos ora transmitem à — e denuncia: "naturalmente, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia, Rio Grande do Sul mantêm os atuais e numerosos Deputados em Brasília ou até mesmo majorados, com base no poder econômico e populacional. A castração sugerida, talvez como um balão de ensaio, motivou protestos dos estados a serem penalizados. Não se admite essa supremacia numérica sulista, que significa o jugo absurdo em que já vivemos, uma dependência cruel e desumana do triste tupiniquim".

A Gazeta chama à responsabilidade os representantes e dirigentes acreanos, assim como seus empresários, pois "os industriais, comerciantes, empresários — indiferentes até agora — talvez não se hajam apercebido da gravidade da questão, que nos tornaria meros apêndices dos grandes grupos sulistas que, a todo custo, insistem em nos manter pendurados e subjugados a seus interesses."

A questão do achatamento da representação política do Acre, lembra o jornal rio-branquense, é parte do grande contexto sócio-econômico que se agrava na região, inclusive, conforme denunciou na semana anterior, castigando a ainda vital economia da borracha. "As indústrias pneumáticas do Sul", lembra o articulista, "há mais de dois anos não compram a borracha amazônica estocada nos pátios, preferindo adquirir a asiática ou a de produção paulista, carioca, mato-grossense.

Com isso, estrangulam a perversidade dessa engenharia desumana".

E conclui o editorial, conclamando: "agora, vem o governador paulista querer impor o fim da bancada federal de oito Deputados, passando recibo de que somos incompetentes, atrapalhamos o desenvolvimento dos grandes estados e servimos somente para massa de consumo. Acordemos antes que seja tarde demais!".

É preciso agir com prudência e respeito aos interesses maiores da nacionalidade. Um eventual resultado negativo não é suficiente para que se fechem as portas de uma instituição importante, como é o Banco da Amazônia. Os técnicos e burocratas não podem inviabilizar, como pretendem, a sua sobrevivência, pois seus argumentos são falaciosos e mal-intencionados. Ou será que algum deles pensou em liquidar a Caixa Econômica Federal, em seus anos de déficit? Com que moral os salvadores do hoje Banco Meridional investem contra o Banco da Amazônia? Apenas porque aquele era um estabelecimento do Rio Grande do Sul e este é a salvação da economia equatorial?

Por que não se verifica, no caso do *BASA*, o mesmo empenho que está procurando salvar os estabelecimentos oficiais dos Estados de Alagoas, Piauí e Rio Grande do Norte? Neste caso, inclusive, cabe à União a maior parte da culpa, pois foi a autora do calote de Itaipu e acoberta, através da Eletrobrás, a inadimplência de sua subsidiária, a Eletronorte. A Previdência Social — com inteira correção, diga-se de passagem — está cobrando duramente as dívidas de estados e municípios, sem levar em consideração as dificuldades enfrentadas por eles. O que é preciso para que o Governo Federal honre seus compromissos e estabeleça mecanismos para que o *BASA* possa ir buscar o que lhe é devido nas outras esferas da administração pública? Por que, afinal, quer-se punir, com tanta ênfase, a população de uma região tão vasta e tão sofrida como a Amazônia, em busca de um equilíbrio contábil que é muito inferior à importância do *BASA* para suas comunidades?

A Amazônia exige de todos os seus representantes, acima de divergências políticas ou partidárias, uma ação unida, em torno e a favor da sobrevivência do baba. Vamos nos empenhar, envidar todos os esforços e conjugar trabalho, esforço e vigilância indormida, para evitar que se consuma o tenebroso crime, em gestação nos gabinetes tecnocráticos de Brasília, que terá funestas consequências para mais de metade do Território nacional.

O outro assunto que me traz a esta tribuna, Senhor Presidente e Srs. Senadores, é a anunciada intenção do Governo em elevar os patamares das taxas de juros, segundo as manchetes dos principais órgãos da imprensa nacional. Mais uma vez a pretexto de combater a inflação, pretende-se ir além da já insuportável faixa dos 30%, o que contraria todas as promessas e afirmações do próprio Presidente Itamar Franco. Mais uma vez, os tecnocratas de sempre retornam com suas cantilena de que "juro alto reprime a inflação", como se essa mentira pudesse mudar a realidade das experiências brasileiras.

Quem trabalha e quem produz sente, na pele e no bolso, a falsidade dessa tese. O *Jornal Nacional*, em sua edição de ontem, entrevistou um dos capitães da indústria paulista, que se declarou impossibilitado de reduzir os preços de seus produtos devido ao peso dos juros na respectiva formação de custos. Ou seja, esse industrial, como qualquer empresário ou pessoa

envolvida em alguma transação, embute as taxas financeiras no valor cobrado. Ora, se a taxa de juros está em 30% ou mais do que isso, é inevitável que seja repassada nas tabelas, porque seria um ônus insuportável para quem com ela arcasse.

A menos, evidentemente, para o consumidor, vítima desesperada e abandonada em todo esse processo maldoso.

Estamos retornando a um espetáculo já visto, o da recessão corretiva da inflação. Quase todos os Ministros da Fazenda e do Planejamento, nos últimos 12 anos, encenaram-no como número de prestidigitação, mas só conseguiram iludir a si próprios. Porque a inflação estaria muito abaixo do que está, se houvesse alguma eficácia nessa tese sufocante, de que "não havendo dinheiro circulando, a inflação cai".

A quebra das atividades produtivas, Sr. Presidente e Srs. Senadores, leva os donos do capital e os poupadões à ciranda financeira, pois é mais rentável especular do que gerar riquezas reais e salários dignos. Há pessoas aplicando suas economias em CDBs, fundões, prazos fixos e outros ativos, a juros de até 40%, em torno de 30 a 35 dias — e esse dinheiro faz falta para as empresas, levando-as a reduzir as atividades e os quadros funcionais, o que resulta em uma capacidade ociosa média de 25%, com as estatísticas de desemprego acusando, talvez ainda com otimismo, a existência de quatro ou cinco milhões de pessoas compulsoriamente ociosas.

O Brasil confia no Presidente Itamar Franco e dele espera uma atitude firme e cristalina, assumindo uma postura inflexível e não se deixando envolver por esses tecnocratas que fazem dos gráficos a religião e das estatísticas o único alimento profissional. Não ignoram, mas não se importam com a realidade de que um pai de família que ainda tenha emprego e ganhe três ou quatro salários mínimos, esse cidadão jamais poderá pôr na mesa dos filhos, regularmente, produtos essenciais e hoje caríssimos, como carne, leite e ovos. Até mesmo o feijão, alternativa protéica, está por um preço absurdo, embora imensas quantidades sigam apodrecendo em armazéns mal geridos.

O Sr. Affonso Camargo — Senador Nabor Júnior, V. Ex^e me concede um aparte?

O SR. NABOR JÚNIOR — Concedo o aparte a V. Ex^e

O Sr. Affonso Camargo — Senador Nabor Júnior, agradeço-lhe não haver encerrado seu pronunciamento antes de me conceder este aparte — eu havia tomado conhecimento deste título do Jornal *Folha de S.Paulo*, que V. Ex^e leu — para dizer que vamos continuar insistindo em uma teoria monetarista equivocada para o nosso País. Infelizmente, os Presidentes da República não têm nenhuma obrigação de ser financeiros e acabam tendo que acolher a opinião daqueles que se dizem economistas e, às vezes, até dos economistas acadêmicos, que são os que mantêm compêndios na cabeça e depois, na prática, querem aplicar o que aprenderam na faculdade, nos seus cursos de pós-graduação em países diferentes do Brasil. E querem aplicar o mesmo princípio, imaginando que a inflação no Brasil é de demanda, enquanto, na verdade, ela é uma inflação de custo.

O SR. NABOR JÚNIOR — Exatamente, Senador Affonso Camargo. V. Ex^e, como sempre, é perfeito e objetivo em sua análise.

O Sr. Affonso Camargo — Recordo-me que na outra sexta-feira debatemos esse assunto e V. Ex^e abordava oportunamente esse problema, que novamente enfoca; na minha opinião, é fundamental que ele seja discutido, pois é o embrião

de tudo. Se se pratica o juro ou se um banco paga um CDB, como pagava naquela sexta-feira, 34,6% em 30 dias — hoje eu não sei quanto está a taxa — é evidente que qualquer empresário que atua no setor produtivo não vai querer ganhar no seu negócio; esse juro significa, se a inflação está prevista no máximo em 30%, que se está praticando um juro real que vai no mínimo de 2 a 4%. O juro na média de 3% ao mês vai, no final do ano, render um juro real de mais de 40%. É evidente que nenhum empresário vai querer ganhar menos no seu negócio, que é de risco, do que ele poderia, emprestando para o Governo a um juro real de 40% ao ano. Isso sinaliza uma inflação, que leva o empresário a praticar preços altos, vendendo seus produtos com lucros acima do que o Governo paga de juro real. Todo mundo sabe, e todas as televisões hoje fazem muito bem em informar que o CDB atinge o índice de 34% de juros ao mês. Com isso, o raciocínio que qualquer um faz é o de que a inflação vai passar de 30%; começa-se, então, a readjustar os preços acima deste valor, e, desta forma, a inflação sobe. O que aconteceu na prática? Não ia abaixar a inflação? Já se discute agora se ela vai abaixar em fevereiro. Eu iria falar sobre esse assunto na segunda-feira, e creio que nós, Senadores, devemos começar a abordar cada vez mais o problema econômico, visto que isso interessa ao povo. Daqui a pouco o ajuste fiscal será votado na Câmara e, em seguida, virá a esta Casa. Será que, realmente, é bom que esse IPMF seja criado? Teremos que discutir esse assunto, porque fomos eleitos também para fazer as leis e discutir assuntos dessa natureza. Sou amigo do Presidente Itamar Franco e tenho intimidade com Sua Excelência, porque moramos no mesmo prédio. Ele já estava só naquela época; volta e meia eu descia para jantar com Sua Excelência que é uma pessoa bem intencionada e séria. Não estamos discutindo moralidade. Estamos discutindo competência, medidas convenientes para o País. Creio que vamos ter que aprovar, nesta fase, tudo que vem do Planalto — imaginando que venha da cabeça do Presidente da República — por amizade, por ser nosso colega; aprova-se tudo e começa-se a ver que as coisas são formadas por pessoas falíveis; nós também somos. Contudo, temos a obrigação de examinar e discutir todos os assuntos e só fazer o que for do interesse do povo. Como V. Ex^e já vem abordando o assunto, que é fundamental, faço este aparte para propor que todos nós, Senadores, a partir de agora, já que votamos as matérias principais que estavam paradas no Senado, começemos a examinar o problema fundamental do País, que é o problema da economia, o problema da inflação. Agora já se fala em choque, V. Ex^e sabe disso, porque todos raciocinam da seguinte maneira: se a inflação é de 30%, vai ultrapassar os 30%, ou chegar a 40%, como é que se vai fazer? Vamos cometer o mesmo erro, que é entrar numa linha heterodoxa, depois dar um choque econômico que não vai resolver o problema, porque isso já foi feito outras vezes e não resolveu. Vamos ter que examinar o assunto, que é muito importante e para o qual há soluções. Os juros vão subir mais para combater a inflação. E quanto mais subirem os juros reais, mais vai subir a inflação.

O SR. NABOR JÚNIOR — Só os tecnocratas não se apercebem desta realidade que nós estamos vivendo no dia-a-dia, Senador Affonso Camargo. Lamento se passou uma imagem pessimista, mas é provável que veremos, daqui a dois meses — se forem adotadas essas medidas de choque uma inflação acima de 40%, o mesmo acontecendo se as taxas

de juro continuarem servindo de instrumento monetário primordial.

A meta do Governo não é combater a inflação? Se é, a adoção de medidas como elevar o custo do dinheiro terá efeito justamente contrário; como Vossa Exceléncia diz muito bem, a inflação brasileira não é resultante da demanda, é de custo. Ouvi com aprovação, porque eu próprio já havia afirmado, que nenhum empresário ou pessoa com alguma poupança vai investir em atividades produtivas, quando a crise financeira oferece ganhos muito maiores e isentos de riscos.

Quem vai se submeter às exigências burocráticas e fiscais para montar um negócio, construindo ou alugando um ponto comercial e contratando empregados? Como exigir que pessoas sensatas estoquem mercadorias que dificilmente venderão, por causa da recessão, ou que adquiram insumos e equipamentos caríssimos para obter um lucro de 30% ao mês, se esse dinheiro, em qualquer banco, pode ser remunerado dez pontos percentuais acima da inflação?

O Presidente Itamar Franco precisa, realmente, examinar com mais cautela essas propostas de sua equipe econômica, que é monetarista e, portanto, acredita nas teorias de contenção inflacionária através da política monetária. Daí para os "pacotes" é apenas um passo, o passo temido que segue a trilha de obstáculos e tropeços no ágio, no desabastecimento, na desmoralização da autoridade e dos organismos de controle e punição. O povo é sempre quem paga, quando se transforma nas cobaias dos tecnocratas que jamais se cansam de repetir idéias fracassadas.

O Sr. Affonso Camargo — V. Ex^e me permite um aparte?

O SR. NABOR JÚNIOR — Ouço V. Ex^e com prazer.

O Sr. Affonso Camargo — Tenho outros dados interessantes. Tenho uma série, com relação à cobrança de novos impostos — acho que poucos a conhecem — que é a seguinte: nos últimos quinze anos, apesar de todas as modificações que foram feitas nos impostos, criaram-se o imposto de contribuição e outros, o que a sociedade pagou para a União, fora as contribuições de folha de pagamento, que variou sempre entre 9,5 e 10,5 do PIB. Parece que a sociedade decidiu por ela mesma, por uma espécie de intuição generalizada, que ela paga isso para a União. Então, com todas as variações que fizeram de impostos, o recebimento teve uma variação em torno de 10%. Quer dizer, fica-se criando impostos novos, aborrecendo o contribuinte e, na verdade, via evasões ou sonegações, acabam não sendo recolhidos efetivamente. Esse é um assunto para ser examinado. Outro dado interessante é que se pegarmos, hipoteticamente, os vinte países mais desenvolvidos do mundo — evidentemente a maior inflação é nossa, pois somos campeões — só nós temos a economia indexada com a correção monetária. Todos os demais não têm. Dá para pensar. Será que somos os únicos inteligentes, que inventamos uma coisa que nos deu o campeonato da inflação? V. Ex^e deve ter percebido que várias vezes os economistas, as equipes econômicas, tentam desindexar, depois não têm coragem, e acabam reinindexando. Agora, já se está pensando, novamente, em título pós-fixado, o que significa a indexação total. Creio que estes são assuntos que nós, do Senado, representantes dos estados, sabendo que a inflação é o grande problema do País, temos que analisar, no plenário ou na Comissão de Assuntos Econômicos, fazendo um tipo de uma cruzada contra a inflação e discutindo a fundo a questão.

E não somente ficar, como V. Ex^e diz, aceitando aquilo que a tecnocracia manda, através do Presidente da República, para ser aprovado por nós, e que, às vezes, aprovamos na base da boa vontade " — Ah, vamos dar mais um crédito de confiança". Estamos vendo que, cada vez que se dá um crédito de confiança, acabamos prejudicando o bolso da sociedade brasileira.

O SR. NABOR JÚNIOR — E o próprio Governo, que se desacredita perante a Nação..

O Sr. Affonso Camargo — Perfeitamente.

O SR. NABOR JÚNIOR — Foi muito interessante e oportun o aparte de V. Ex^e, que — sendo engenheiro e não economista — é um homem estudioso dos problemas econômicos e sociais do País.

A ponderação apresentada por V. Ex^e ao Senado deve ser levada na devida conta, pois não podemos continuar aceitando de braços cruzados as experiências engendradas por esses tecnocratas e burocratas. Temos as mais altas responsabilidades com a Nação e com cada brasileiro — e, como expliquei em seu aparte e havia antes exposto outro nosso eminente colega, o Senador Ronaldo Aragão, a realidade dos gabinetes refrigerados de Brasília pouco tem a ver com o sofrimento diário dos trabalhadores e suas famílias.

Por mais aciagana que pareça, a verdade tem de ser repetida sempre: o Parlamento é para parlamentar, discutir os problemas e suas soluções, confrontar as divergências em busca de um consenso ou de uma posição democrática e majoritária.

Todos nós, quando chegamos ao Senado Federal, estamos apenas cumprindo uma nova etapa de toda a vida dedicada aos interesses nacionais, através de sucessivas incumbências públicas ou de liderança, empresarial, obreira, classista ou comunitária.

Quem fala a V. Ex^e nesta oportunidade é um homem com 32 anos de mandatos sucessivos, sempre através de eleições diretas — e que, mesmo sem ostentar diplomas ou lâureas universitárias, aprendeu as lições e as experiências da vida, haurindo práticas e teorias exequíveis oriundas do convívio direto com o povo.

O que se precisa enfatizar é a necessidade de consultas freqüentes à História do Brasil, tanto aos tomos distantes quanto aos fatos mais recentes. Há menos de três anos, o então Ministro da Fazenda, Maílson da Nóbrega, afirmava que o combate à inflação se fazia através do aumento dos juros e da inibição do consumo. Resultado: deixou o Governo com uma inflação mensalizada de 85% — esperamos que o seu sucessor Paulo Haddad traga outras intenções e melhores resultados!

Em contrapartida, temos lido entrevistas do Deputado, ex-Ministro da Fazenda e do Planejamento, Delfim Netto, explicando que tal política, de juros altos, só consegue realimentar a inflação, no que é seguido por outros economistas de renome, como Affonso Celso Pastore.

Essa contradição de teorias, ambas aplicadas sobre as costas e os bolsos do cidadão e dos empresários, essa contradição gera dúvidas e incertezas: afinal, quem está com a razão?

Certo, na verdade, está o povo. Certo está o trabalhador, certo está o industrial, certo está o comerciante, certo está o prestador de serviços, certos estão os que não se conformam com a disparada inflacionária e os juros extorsivos que arrastam o Brasil para o precipício. Ninguém, em sã consciência,

pode querer convencer os outros, de que pagar em três meses o dobro do preço de um produto, a título de juros e encargos diversos, é aceitável e propício ao crescimento de uma nação.

A confiança que a sociedade deposita no Presidente Itamar Franco não pode passar por sustos e ameaças como esta, a de perpetuar ou mesmo agravar a política insana de juros altos, inflação e recessão. Sua Excelência, com o alto espírito público e as preocupações sociais que todos conhecemos e respeitamos, não permitirá que os tecnocratas abusem de seu beneplácito e do sofrimento que se agrava em todos os setores do País.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Nabor Júnior, o Sr. Magno Bacelar deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Ronaldo Aragão.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Aragão) — Não há mais oradores inscritos.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar os trabalhos, designando para a sessão ordinária de segunda-feira, às 14h30 min, a seguinte

ORDEM DO DIA

— 1 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 50, DE 1992

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, c, do Regimento Interno.)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n° 50, de 1992 (n° 4.621/90, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a criação de Escolas Técnicas Federais, e dá outras providências, tendo:

Parecer favorável, proferido em Plenário, Relator: Senador João Calmon.

— 2 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 143, DE 1992

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, "c", do Regimento Interno.)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n° 143, de 1992 (n° 3.104/92, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a criação do Quadro de Pessoal da Fundação Universidade Federal do Amapá, e dá outras providências, tendo:

Parecer favorável, proferido em Plenário, Relator: Senador Jonas Pinheiro.

— 3 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 153, DE 1992

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, c, do Regimento Interno.)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n° 153, de 1992 (n° 3.465/92, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que cria cargos na Carreira Policial Federal, tendo:

Parecer favorável, proferido em Plenário, Relator: Senador Magno Bacelar.

— 4 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 157, DE 1992

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, c, do Regimento Interno.)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n° 157, de 1992 (n° 3.423/92, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a organização e o funcionamento do Conselho Monetário Nacional (Dependendo de parecer.)

— 5 —

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 105, DE 1992

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 172, I, do Regimento Interno.)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado n° 105, de 1992, de iniciativa da CPI-FGTS, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras provisões. (Dependendo de parecer.)

— 6 —

MENSAGEM N° 92, DE 1993

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 336, c, do Regimento Interno.)

Mensagem n° 92, de 1993 (n° 29/93, na origem), através do qual o Presidente da República solicita autorização para contratar operação de crédito externo, com garantia da União, no valor de sete milhões, novecentos e quarenta e cinco mil e duzentos e setenta e sete dólares norte-americanos, entre a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco — CODEVASF, e a Empresa Húngara de Comércio Exterior e de Empreendimentos para Exportação — AGROINVEST, para os fins que especifica. (Dependendo de parecer.)

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Aragão) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 11horas e 38minutos.)

ATO DA COMISSÃO DIRETORA N° 60, DE 1992

Altera a base de incidência dos fatores de ajuste, para efeito de cálculo da Gratificação de Atividade Legislativa, constante dos Atos da Comissão Diretora n°s 26 e 28 de 1992.

A Comissão Diretora do Senado Federal, no uso da competência delegada pela Resolução n° 52, de 25 de setembro de 1992,

Resolve:

Art. 1º A Gratificação de Atividade Legislativa, constante dos Atos da Comissão Diretora n°s, 26 e 28 de 1992, será calculada na forma do Anexo deste ato.

Art. 2º Os órgãos supervisionados deverão adequar os seus coeficientes de ajuste ao disposto neste Ato.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 1º de dezembro de 1992.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala de Reuniões da Comissão Diretora, 30 de dezembro de 1992. Mauro Benevides — Carlos De'Carli — Dirceu Carneiro — Marcio Lacerda — Rachid Saldanha Derzi — Iram Saraiwa — Lavoisier Maia — Meira Filho.

ANEXO

(Art. 1º do Ato da Comissão Diretora nº 60, de 1992)

1. Ocupante de cargo de provimento efetivo:

Fator único: 1,53

Base de incidência: Vencimento do cargo x 2,40

2. Ocupante de cargo isolado de provimento efetivo a que se refere o Anexo V da Resolução nº 87, de 15 de dezembro de 1989.

Símbolo	Fator	Base de Incidência
DAS-3	1,53	Venc. do cargo isolado x 1,66
DAS-4	1,53	Venc. do cargo isolado x 1,61
DAS-5	1,53	Venc. do cargo isolado x 1,47
DAS-6	1,53	Venc. do cargo isolado x 1,32

3. Ocupante de cargo, em comissão, do Grupo Direção e Assessoramento Superiores, não optante pela retribuição do cargo de provimento efetivo:

Símbolo	Fator	Base de Incidência
DAS-3	6,70	Padrão V, Clas. Esp. (NS) x 0,84
DAS-4	6,56	Padrão V, Clas. Esp. (NS) 0,97
DAS-5	6,55	Padrão V, Clas. Esp. (NS) x 1,05
DAS-6	6,54	Padrão V, Clas. Esp.(NS) x 1,13

4. Ocupante de cargo ou emprego, em comissão, de Assessor Técnico e Secretário Parlamentar:

Situação	Fator	Base de Incidência
Ass. Téc. (RJU)	6,70	Padrão V, Clas. Esp.(NS) x 0,84
Ass. Téc. (CLT)	6,70	Padrão V, Clas. Esp. (NS) x 0,84
Sec. Parl. (RJU)	4,22	Padrão V, Clas. Esp. (NS) x 1,01
Sec. Parl. (CLT)	1,53	Padrão V, Clas. Esp. (NS) x 2,54

5. Ocupante de cargo, em comissão, do Grupo Direção e Assessoramento Superiores, optante pela retribuição do cargo isolado de Diretor, a que se refere o Anexo V da Resolução nº 87/89:

Símbolo	Fator	Base de Incidência
DAS-3	1,53	Venc. do cargo isolado x 1,84
DAS-4	1,53	Venc. do cargo isolado x 1,88
DAS-5	1,53	Venc. do cargo isolado x 1,70
DAS-6	1,53	Venc. do cargo isolado x 1,53

6. Ocupante de cargo, em comissão, do Grupo Direção e Assessoramento Superiores, optante pela retribuição do cargo de provimento efetivo de Analista Legislativo, Técnico Legislativo ou de Auxiliar Legislativo:

Símbolo	Fator	Base de Incidência
DAS-3	2,10	Venc. do cargo efetivo x 1,80
DAS-4	2,58	Venc. do cargo efetivo x 1,76
DAS-5	3,14	Venc. do cargo efetivo x 1,61
DAS-6	3,78	Venc. do cargo efetivo x 1,48

7. Ocupante de cargo, em comissão, do Grupo Direção e Assessoramento Superiores, optante pela retribuição do cargo de provimento efetivo de Assessor Legislativo:

Símbolo	Fator	Base de Incidência
DAS-3	1,92	Venc. do cargo efetivo x 1,32
DAS-4	2,25	Venc. do cargo efetivo x 1,36
DAS-5	2,64	Venc. do cargo efetivo x 1,30
DAS-6	3,08	Venc. do cargo efetivo x 1,24

8. O ocupante de cargo de provimento efetivo que tiver exercido cargo, em comissão, do Grupo Direção e Assessoramento Superiores, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, faz jus à incorporação a título de vantagem pessoal, da diferença resultante da soma da GAL mais o vencimento do cargo comissionado, menos a GAL mais o vencimento do cargo efetivo, de acordo com o número de parcelas de quintos da Gratificação de Representação a que tiver direito, pelo exercício do cargo comissionado.

ATO DO PRESIDENTE Nº 36, DE 1993

O Presidente do Senado Federal, no uso de sua competência regimental e regulamentar, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 000.601/93-4,

Resolve alterar o Ato desta Presidência nº 200, de 1991, publicado no DCN, Seção II, de 2 de fevereiro de 1991, para manter aposentado o servidor José Adauto Perissé, Analista Legislativo, Área de Processo Legislativo, Classe Especial, Padrão V, do Quadro de Pessoal do Senado Federal — Parte Permanente, no cargo, em comissão, de Diretor da Subsecretaria de Administração de Compras, Contratações e Alienações, código SF-DAS-101.4, nos termos do art. 40, inciso III, alínea c, da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com os arts. 186, inciso III, alínea c, e 67; da Lei nº 8.112, de 1990, bem assim com o art. 11 da Resolução SF nº 87, de 1989, com proventos proporcionais à razão de 31/35 (trinta e um, trinta e cinco avos), do cargo em comissão, código SF-DAS 101.4, a partir de 1º de setembro de 1992, observado o disposto no art. 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, 29 de janeiro de 1993. — Senador Mauro Benevides — Presidente do Senado Federal.

ATO DO PRESIDENTE Nº 37, DE 1993

O Presidente do Senado Federal, no uso da sua competência regimental e regulamentar, de conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato

da Comissão Diretora nº 2, de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 016.353/92-7,

Resolve aposentar, voluntariamente, Lício de Almeida Castro, Analista Legislativo, Área Médico-Odontológica, Classe "Especial", Padrão V, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, nos termos do art. 40, inciso III, alínea c, da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com os arts. 186, inciso III, alínea c, e 67; da Lei nº 8.112, de 1990, bem assim com o art. 11 da Resolução (SF) nº 87, de 1989, com proventos proporcionais, observado o disposto no art. 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, 29 de janeiro de 1993. — Senador Mauro Benevides — Presidente.

ATO DO PRESIDENTE Nº 38, DE 1993

O Presidente do Senado Federal, no uso de sua competência regimental e regulamentar, de conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 017.525/92-6,

Resolve aposentar, voluntariamente, Sylvio Petrus, Técnico Legislativo, Área de Processo Legislativo, Classe "Especial" Padrão V, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, nos termos do art. 40, inciso III, alínea a, da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com os arts. 192, inciso II, 186, inciso III, alínea a, e 67, da Lei nº 8.112, de 1990 bem assim com o art. 11 da Resolução (SF) nº 87, de 1989, com proventos integrais, observado o disposto no art. 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, 29 de janeiro de 1993. — Senador Mauro Benevides, Presidente.

MESA

Presidente
Mauro Benevides - PMDB - CE
1º Vice-Presidente

2º Vice-Presidente
Carlos De'Carli - PTB - AM
1º Secretário
Dirceu Carneiro - PSDB - SC
2º Secretário
Márcio Lacerda - PMDB - MT
3º Secretário
Rachid Sakkalha Derzi - PRN - MS

4º Secretário
Iram Saraiva - PDT - GO
Suplentes de Secretário
Lavoisier Maia - PDT - RN
Meira Filho - PFL - DF
Lucídio Portella - PDS - PI
Beni Veras - PSDB - CE

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder
Pedro Simon

LIDERANÇA DO PMDB

Líder
Humberto Lucena
Vice-Líderes
Cld Sabóia de Carvalho
Coutinho Jorge
Garibaldi Alves Filho
José Fogaça
Ronaldo Aragão
Mansueto de Lavor
Pedro Simon

LIDERANÇA DO PSDB

Líder
Fernando Henrique Cardoso
Vice-Líderes
Chagas Rodrigues
Jutahy Magalhães

LIDERANÇA DO PFL

Líder
Marco Maciel
Vice-Líderes
Elcio Álvares
Odacir Soares

LIDERANÇA DO PTB

Líder
José Eduardo
Vice-Líderes
Lourenberg Nunes Rocha
Jonas Pinheiro

LIDERANÇA DO PDT

Líder
Maurício Corrêa
Vice-Líder
Nelson Wedekin

LIDERANÇA DO PRN

Líder
Ney Maranhão
Vice-Líder
Áureo Mello

LIDERANÇA DO PDS

Líder
Esperidião Amin
Vice-Líder
Lucídio Portella

LIDERANÇA DO PDC

Líder
Amazonino Mendes

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA
E CIDADANIA - CCJ**

(23 Titulares e 23 Suplentes)

Presidente: Nelson Carneiro

Vice-Presidente: Maurício Corrêa

Titulares

PMDB

Amir Lando	Wilson Martins
Antonio Mariz	Aluizio Bezerra
Cid Sabóia de Carvalho	César Dias
José Fogaça	Garibaldi Alves Filho
Mansueto de Lavor	Divaldo Surugay
Nelson Carneiro	Nabor Júnior
Pedro Simon	Ronaldo Aragão
Alfredo Campos	João Calmon

Suplentes

Ronaldo Aragão
Onofre Quinan

Pedro Simon
Coutinho Jorge (*)

PFL

João Rocha
Guilherme Palmeira
Odacir Soares
Hydekel Freitas
Carlos Patrocínio
Francisco Rollemberg

Dario Pereira
Álvaro Pacheco
Bello Parga
Meira Filho
Lourival Baptista
Elcio Álvares

PSDB

Almir Gabriel
Beni Veras
Jutahy Magalhães

Mário Covas
Teotônio Vilela Filho
Eva Blay

PTB

Mariuca Pinto
Vaga cedida p/ o PST (*)
Jonas Pinheiro

Valmir Campelo
Luiz Alberto
Levy Dias

PDT

Lavoisier Maia
Pedro Teixeira

Nelson Wedekin
Magno Bacelar

PRN

Ney Maranhão
Áureo Mello

Vago
Albano Franco

PDC

Epitácio Cafeteira

Amazonino Mendes

PDS

Lucídio Portella

João França

PSB + PT

Eduardo Suplicy

José Paulo Bisol

PST

Enéas Faria (*)

Secretário: Luiz Cláudio de Brito - Ramal 3515/16

Reuniões: Quartas-feiras, às 14 horas.

Local: Sala das Comissões, Anexo das Comissões - Ramal 3652

(*) Aguardando OF das lideranças partidárias para as devidas alterações

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

(27 Titulares e 27 Suplentes)

Presidente: Raimundo Lira

Vice-Presidente: Ruy Bacelar

Titulares

Suplentes

PMDB

(Vaga cedida para o PT)
Aluizio Bezerra
César Dias
Mansueto de Lavor
Nabor Júnior
José Fogaça
Ronan Tito
Ruy Bacelar
Ronaldo Aragão

Amir Lando
Antonio Mariz
Cid Sabóia de Carvalho
Divaldo Surugay
Wilson Martins
João Calmon
Onofre Quinan
Pedro Simon
Humberto Lucena

PFL

Guilherme Palmeira
Meira Filho
Raimundo Lira
Henrique Almeida
Dario Pereira
João Rocha

Odacir Soares
Bello Parga
Júlio Campos
Álvaro Pacheco
Elcio Álvares
Josaphat Marinho

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

(29 Titulares e 29 Suplentes)

Presidente: Almir Gabriel

Vice-Presidente: Francisco Rollemberg

Titulares

Suplentes

PMDB

Amir Lando	Alfredo Campos
Antonio Mariz	Flaviano Melo
César Dias	Irapuan Costa Júnior
Cid Sabóia de Carvalho	José Fogaça
Divaldo Surugay	Mansueto de Lavor
Garibaldi Alves Filho	Nabor Júnior
Wilson Martins	Nelson Carneiro
João Calmon	Ronan Tito

Mário Covas	PSDB	Fernando H. Cardoso (*) Almir Gabriel Chagas Rodrigues	Jarbas Passarinho	PDS	Jarbas Passarinho	Lucídio Portela
José Richa				PSB + PT	PSB + PT	
Beni Veras				Vaga cedida para o PMDB (*)	Vago	
Affonso Camargo	PTB	Louremberg Nunes Rocha	Secretário: Paulo Roberto Almeida Campos			
Valmir Campelo		Jonas Pinheiro	Ramais: 3496 e 3497			
Levy Dias		Mariuce Pinto	Reuniões: Quintas-feiras, às 10 horas			
Nelson Wedekin	PDT	Darcy Ribeiro	Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa -			
Lavoisier Maia		Pedro Teixeira	Anexo das Comissões - Ramal 3546			
Júnia Marise	PRN	Vago	(*) Aguardando OF das lideranças partidárias para as devidas	COMISSÃO DE SERVIÇOS DE		
Albano Franco		Ney Maranhão	alterações	INFRA-ESTRUTURA _ CI		
Moisés Abrão	PDC	Gerson Camata	(23 Titulares e 23 Suplentes)	(23 Titulares e 23 Suplentes)		
Esperidião Amin	PDS	Jarbas Passarinho	Presidente: Júlio Campos	Presidente: Júlio Campos		
Eduardo Suplicy	PT		Vice-Presidente: Mário Covas	Vice-Presidente: Mário Covas		
Secretário: Dirceu Vieira M. Filho						
Ramais: 3515/3516/4354/3341.						
Reuniões: Terças-feiras, às 10 horas						
Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa -						
Ramal 4344						
(*) Aguardando OF das lideranças partidárias para as devidas						
alterações						
COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL _ CRE						
(19 Titulares e 19 Suplentes)						
Presidente: Irapuan Costa Júnior						
Vice-Presidente: Lourival Baptista						
Titulares		Suplentes				
Aluizio Bezerra	PMDB	Antonio Mariz	Flaviano Melo	PMDB	Flaviano Melo	Amir Lando
Irapuan Costa Júnior		Flaviano Melo	Wilson Martins		Wilson Martins	César Dias
Nelson Carneiro		João Calmon	Irapuan Costa Júnior		Irapuan Costa Júnior	Juvêncio Dias
Pedro Simon		José Fogaca	Nabor Júnior		Nabor Júnior	Mansueto de Lavor
Ronaldo Aragão		Nabor Júnior	Onofre Quinan		Onofre Quinan	Ronaldo Aragão
Ronan Tito		Ruy Bacelar	Divaldo Suruagy		Divaldo Suruagy	Ronan Tito
Humberto Lucena (*)			Ruy Bacelar		Ruy Bacelar	Antonio Mariz
Marco Maciel	PFL		Garibaldi Alves Filho		Garibaldi Alves Filho	Humberto Lucena
Guilherme Palmeira						
Lourival Baptista						
Álvaro Pacheco						
José Richa	PSDB	Francisco Rollemberg	Dario Pereira	PFL	Dario Pereira	Raimundo Lira
Chagas Rodrigues		Joséphat Marinho	Henrique Almeida		Henrique Almeida	Elcio Álvares
	PTB	Raimundo Lira	Lourival Baptista		Lourival Baptista	Josaphat Marinho
		Hydekel Freitas	Júlio Campos		Júlio Campos	Odacir Soares
						Meira Filho
				PSDB	Teotônio Vilela Filho	Beni Veras
					Mário Covas	Jutahy Magalhães
					Fernando H. Cardoso (*)	José Richa
				PTB	Marluce Pinto	Levy Dias
					Louremberg N. Rocha	Vaga cedida p/ o PST (*)
				PDT	Pedro Teixeira	Lavoisier Maia
					Ney Maranhão	Áureo Mello
				PRN	Gerson Camata	Epitácio Cafeteira
				PDC	João França	Lucídio Portela
				PDS	Eduardo Suplicy	José Paulo Bisol
				PSB + PT		Enéas Faria (*)
				PST		Secretário: Celso Antony Parente - Ramais 3515
						e 3516
						Reuniões: Terças-feiras, às 14 horas
						Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa -
						Anexo das Comissões - Ramal 3286
						(*) Aguardando OF das lideranças partidárias para as devidas
						alterações

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
 (27 Titulares e 27 Suplentes)
 Presidente: Louremberg Nunes Rocha
 Vice-Presidente: Coutinho Jorge

Titulares

Alfredo Campos
 Juvêncio Dias
 Flaviano Melo
 Garibaldi Alves Filho
 João Calmon
 José Fogaca
 Mansueto de Lavor
 Humberto Lucena
 Amir Lando

Josaphat Marinho
 João Rocha
 Meira Filho
 Álvaro Pacheco
 Júlio Campos
 Bello Parga

Almir Gabriel
 Teotônio Vilela Filho
 Eva Blay

Suplentes

PMDB

Aluizio Bezerra
 Cid Sabóia de Carvalho
 Irapuan Costa Júnior
 Nelson Carneiro
 Wilson Martins
 Ronaldo Aragão
 Ronan Tito
 Ruy Bacelar
 Vago

PFL

Dario Pereira
 Odacir Soares
 Francisco Rollemburg
 Guilherme Palmeira
 Carlos Patrocínio
 Henrique Almeida

PSDB

Mário Covas
 Beni Veras
 José Richa

PTB

Louremberg Nunes Rocha
 Jonas Pinheiro
 Levy Dias

Luiz Alberto
 Marluce Pinto
 Vaga cedida p/ o PST (*)

PDT

Darcy Ribeiro
 Lavoisier Maia

Pedro Teixeira
 Nelson Wedekin

PRN

Áureo Mello
 Júnia Marize

Ney Maranhão
 Albano Franco

PDC

Amazonino Mendes

Gerson Camata

PDS

Jarbas Passarinho

Esperidião Amin

PST

Enéas Faria (*)

Secretária: Mônica Aguiar Inocente –

Ramais 3496/3497/3321/3539

Reuniões: Quintas-feiras, às 14 horas

Local: Sala nº 15, Ala Senador Alexandre Costa – Ramal 3121

(*) Aguardando OF das lideranças partidárias para as devidas alterações

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

(Inclusas as despesas de correio via terrestre)

SEÇÃO I (Câmara dos Deputados)

Semestral Cr\$ 286.706,00 até 1º/11/92

SEÇÃO II (Senado Federal)

Semestral Cr\$ 286.706,00 até 1º/11/92

J. avulso Cr\$ 2.048,00 até 1º/11/92

Os pedidos devem ser acompanhados de cheque pagável em Brasília, Nota de Empenho ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal – Agência 1386 – PAB-CEGRAF, conta corrente nº 920001-2 e/ou pelo Banco do Brasil – Agência 0452-9 – CENTRAL, conta corrente nº 55560204/4, a favor do

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Poderes - Brasília - DF
CEP: 70160-900

Maiores informações pelos telefones (061) 311-3738 e 311-3728 na Supervisão de Assinaturas e Distribuição de Publicações - Coordenação de Atendimento ao Usuário.